

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

RAFAEL AGUIAR SILVEIRA

PRODUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE SEMOVENTE CANINO: análise da viabilidade
para o canil do Batalhão de Polícia de Choque

São Luís
2022

RAFAEL AGUIAR SILVEIRA

PRODUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE SEMOVENTE CANINO: análise da viabilidade
para o canil do Batalhão de Polícia de Choque

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: CAP QOPM Juarez Pinto Júnior

São Luís

2022

RAFAEL AGUIAR SILVEIRA

PRODUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE SEMOVENTE CANINO: análise da viabilidade
para o canil do Batalhão de Polícia de Choque

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: CAP QOPM Juarez Pinto Júnior

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Cap. QOPM Juarez Pinto Junior (Orientador)
Polícia Militar do Maranhão

Prof. Ms. José Arnodson Coelho de Sousa Campelo
Universidade Estadual do Maranhão

Cap. QOPM Samarino Santana do Nascimento
Polícia Militar do Maranhão

À minha avó, Florinda, que me ensinou os valores que levo ao longo da vida.

Aos meus pais, Fábio e Cenir, que em tudo me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ter me possibilitado chegar até aqui, me dando forças, discernimento e perseverança para ultrapassar todos os obstáculos ao longo deste curso.

Aos meus pais, Fábio Aguiar Silveira e Cenir da Silva Silveira, por todo apoio, dedicação, paciência, educação e incentivo durante toda minha vida, não medindo esforços para proporcionar a conquista deste momento. Sem vocês nada disso seria possível.

Aos meus irmãos, Fábio Júnior, Ana Lourdes, Fabiana, Eduardo e Daniel, por todo companheirismo e ensinamentos compartilhados.

À minha companheira de jornada, Ana, por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis e por ser mãe do meu filho, me proporcionando o maior presente que um homem pode ter.

Ao meu orientador, Cap. QOPM Juarez Pinto Júnior, por ter apoiado e acreditado na ideia do trabalho, por ter disponibilizado seu tempo para orientar e auxiliar na concretização dessa pesquisa.

Aos Oficiais e praças do BPCoque, por me receberem de braços abertos em sua unidade para a realização deste trabalho, em especial, ao Cap. QOPM Samarino e ao Ten. QOS Pancieri, pela paciência e ensinamentos compartilhados.

A todos os meus amigos, que sempre torceram por mim.

RESUMO

A modalidade de policiamento com cães é de fundamental importância para a Polícia Militar do Maranhão (PMMA), atuando em diversas áreas no enfrentamento da criminalidade, contudo, para manutenção desse policiamento, o efetivo canino necessita de uma constante renovação. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a produção e a aquisição de cães para o Pelotão Especial de Cães (PEC) da PMMA, apontando o modelo mais viável para instituição. Para tal, realizou-se a aplicação de um questionário estruturado com os militares do PEC, subunidade do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) em conjunto com o mapeamento do processo de produção dos semoventes caninos realizados nesta unidade. Quanto aos procedimentos metodológicos, classificou-se como pesquisa bibliográfica, de levantamento e documental, de natureza exploratória e descritiva. Com isso, foi possível concluir, através da correlação entre os resultados dos questionários e do mapeamento de custos da produção canina pelo PEC, que a aquisição de semovente canino pela PMMA, em comparação com a produção própria, além de ser mais viável financeiramente para a instituição, favorece um ambiente em que as rotinas de treinos diários com os cães demandam menos tempo para os militares da unidade.

Palavras-chave: Semovente. Cães. Produção. Aquisição. PMMA.

ABSTRACT

The modality of policing with dogs is of fundamental importance for the Military Police of Maranhão (PMMA), acting in several areas in the fight against crime, however, to maintain this policing, the canine effective needs constant renewal. Thus, the present study aims to analyze the production and acquisition of dogs for the PMMA Special Dogs Squad (PEC), pointing out the most viable model for the institution. To this end, a structured questionnaire was applied with the military of the PEC, a subunit of the Shock Police Battalion (BPChoque) together with the mapping of the production process of canine seedlings carried out in this unit. As for the methodological procedures, it was classified as bibliographic, survey and documental research, of an exploratory and descriptive nature. With this, it was possible to conclude, through the correlation between the results of the questionnaires and the mapping of canine production costs by PEC, that the acquisition of canine seed by PMMA, compared to its own production, in addition to being more financially viable for the institution, favors an environment in which the daily training routines with dogs demand less time for the unit's soldiers.

Keywords: Semovant. Dogs. Production. Acquisition. PMMA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo dos participantes da pesquisa	47
Gráfico 2: Postos e graduações dos participantes	48
Gráfico 3: Tempo de trabalho no Pelotão Especial de Cães	48
Gráfico 4: Motivação para participar do Pelotão Especial de Cães	49
Gráfico 5: Treinamento de cão e formação em cinotecnia	50
Gráfico 6: Período de tempo dedicado ao treinamento do cão	50
Gráfico 7: Viabilidade do atual modelo de produção de cães para a PMMA.....	51
Gráfico 8: Qual o melhor meio para o aumento do efetivo canino no PEC	51
Gráfico 9: Confiança na qualidade do treinamento dos cães adquiridos por meio da compra em canis especializados.....	52
Gráfico 10: Chances de sucesso na produção do cão pelo PEC	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Custo da hora trabalhada militares envolvidos na 1ª etapa.....	56
Tabela 2: Custo da hora trabalhada do Of Med Vet e seu auxiliar na 1ª etapa.....	57
Tabela 3: Custo da alimentação e suplementação para o período de 5,5 meses.....	57
Tabela 4: Custo da hora trabalhada do Of Med Vet e seu auxiliar na 2ª etapa.....	58
Tabela 5: Custo da hora trabalhada do Of med-vet e seu auxiliar na 3ª etapa	58
Tabela 6: Valores dos vermífugos aplicados em uma ninhada de 8 filhotes	58
Tabela 7: Custo por filhote até a 3ª etapa	59
Tabela 8: Custo da hora trabalhada da equipe envolvida na 4ª etapa	59
Tabela 9: Insumos gastos por filhote dos 45 dias até 12 meses de vida	60
Tabela 10: Custo total para a produção do semovente canino	60

LISTA DE SIGLAS

AP	Administração Pública
BPCHOQUE	Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Maranhão
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BME	Batalhão de Missões Especiais
CAP	Capitão
CB	Cabo
CDC	Controle de Distúrbios Civis
CEL	Coronel
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CME	Comando de Missões Especiais
DF	Diretoria de Finanças
FCI	Federação Cinológica Internacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PEC	Pelotão Especial de Cães
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
PPA	Plano Plurianual
SD	Soldado
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
SGT	Sargento
SPLAN	Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento
TEN	Tenente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CÃES	15
2.1	A origem do cão doméstico	15
2.2	O processo de domesticação	17
2.3	O emprego do cão nas forças policiais	18
3	PRODUÇÃO DE SEMOVENTE CANINO	20
3.1	Seleção das raças	20
3.2	Atuação do cinotécnico	22
3.3	Desenvolvimento do comportamento do Cão	23
3.3.1	Período neonatal	23
3.3.2	Período de transição	24
3.3.3	Período de socialização	24
3.3.4	Período juvenil	24
3.4	Noções da aprendizagem canina	25
3.4.1	Habituação	25
3.4.2	Sensibilização	26
3.4.3	Condicionamento operante	26
4	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	28
4.1	Princípios da administração pública	28
4.2	Orçamento Público	32
4.3	Processos licitatórios	35
5	POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO	37
5.1	Batalhão de Polícia de Choque - BPCChoque	38
5.2	Pelotão Especial de Cães	40
6	METODOLOGIA	42
6.1	Pressupostos Epistemológicos	42
6.2	Abordagem e tipologia da pesquisa	43
6.3	Técnicas de pesquisa, coleta e tratamento de dados	44
6.3.1	Questionário Estruturado	44
6.3.2	Mapeamento dos custos na produção dos cães	45
6.4	Local da pesquisa, universo e amostra	46
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	47

7.1	Apresentação dos Resultados	47
7.2	Discussão dos Resultados	53
7.2.1	Dados de identificação.....	53
7.2.2	Dados sobre a produção e a aquisição de cães para o PEC.....	54
7.3	Cálculo do custo do semovente canino produzido pela PMMA	55
7.3.1	Dados da 1ª etapa	56
7.3.2	Dados da 2ª etapa	57
7.3.3	Dados da 3ª etapa	58
7.3.4	Dados da 4ª etapa	59
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DO PEC ...	69
	ANEXO A – OFÍCIO PARA O BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE	73
	ANEXO B – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE CÃES	75

1 INTRODUÇÃO

Dos animais que convivem com o Homem, o cão doméstico tem se tornado o seu companheiro mais próximo, se transformando ao longo da história em um animal de emprego versátil que não se limitou apenas à função de companhia, elevando suas atribuições para a realização da caça, transporte, detecção de odores, guarda, pastoreio e tração. Diante desse companheirismo, o cão e o homem se tornaram inseparáveis ao longo de suas histórias evolutivas, tendo o cão através da intervenção humana, explorado ao máximo seus sentidos em prol dessa mutualidade.

O cão ao acompanhar o homem em sua jornada, acabou fornecendo suas habilidades para fins militares, com isso, através das experiências adquiridas em batalhas, foram expandidos e regularizados os programas cinotécnicos dentro das forças policiais e de segurança. Desse modo, com o intuito de repassar uma reposta positiva à sociedade o cão é empregado como parte da tropa, fornecendo serviços de acordo com a sua especialidade, que vai desde o policiamento ostensivo, operações de busca, controle de distúrbios civis, detecção de entorpecentes e artefatos explosivos até a demonstrações de cunho educacional.

Nesse sentido, em meio as constantes evoluções e inovações presentes na sociedade moderna, o emprego de semovente canino surge como forma de utilização de meios mais especializados e diversificados, suplementando o policiamento ostensivo/preventivo, além de auxiliar em atividades de policiamento repressivo, de forma a fornecer elementos vantajosos, a exemplo da economia de efetivo, segurança policial, maior grau de êxito em missões, maior efeito psicológico e possibilidade de atuação em locais de difícil acesso.

Todavia, por se tratar de um ser vivo biologicamente variável, é suscetível a variações fisiológicas ou comportamentais que afetarão na prestação do serviço policial. Dessa forma, a intercorrência de agentes externos, aliada a capacidade de trabalho média de 8 anos para um semovente canino, fornece um ambiente que necessita de uma constante reposição de efetivo. Para tanto, o escopo deste trabalho será analisar as variáveis que compõe a aquisição e a produção de semoventes caninos, indicando qual é mais viável para o Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE) da Polícia Militar do Maranhão (PMMA).

Diante dessa questão, entre a aquisição do cão pronto para o serviço e a produção própria, revela-se a necessidade de investigação dos fatores que justificam

ou contribuem para uma solução mais viável. Sob esta ótica surge o problema da pesquisa: como a aquisição de semoventes caninos para o Canil do Batalhão de Polícia de Choque, em comparação com a produção própria, pode ser mais viável para a Polícia Militar do Maranhão? Como pressuposto para a resolução do problema, foi levantada a hipótese onde a aquisição de semovente canino, quando comparado com a produção própria, é mais viável para a Polícia Militar do Maranhão.

Para melhor compreensão do estudo, foi desenvolvido o seguinte objetivo geral: Analisar se a aquisição de semovente canino em canis especializados pode ser mais vantajosa em relação ao procedimento de produção realizado atualmente no Pelotão Especial de Cães da Polícia Militar do Maranhão. Quanto aos objetivos específicos, tem-se: apresentar a evolução histórica dos cães; demonstrar o processo de produção dos semoventes caninos; apresentar os princípios da administração pública que norteiam a aquisição de cães; mapear os custos de produção dos semoventes do PEC e, analisar a melhor opção entre adquirir ou produzir os semoventes caninos na instituição.

A presente pesquisa se mostra relevante à medida que busca estudar uma área ainda pouco explorada dentro da segurança pública, os meios para redução do gasto público, mantendo o padrão de obtenção máxima do resultado.

Nesse sentido, motiva-se avaliar a viabilidade na aquisição de animais treinados por canis especializados, como forma de suplementar o efetivo canino já existente no Pelotão Especial de Cães (PEC) do BPCCHOQUE. Portando, com a aquisição é possível receber animais com boa procedência, certificados e com bons rendimentos no trabalho, após passar por um rigoroso processo de seleção e treinamento, além de possuir garantias por parte do fornecedor, responsável pela substituição do animal, caso o mesmo não preencha todos os requisitos exigidos pela instituição.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento, com caráter descritiva e exploratória. Para a análise da viabilidade entre a produção e a aquisição dos semoventes caninos para a PMMA, foi necessário o mapeamento do processo de produção, com a respectiva valoração de cada etapa envolvida, realizada através de uma pesquisa de campo.

A estrutura do trabalho se deu da seguinte forma: a introdução da pesquisa apresenta os principais pontos do tema, buscando apontar a problemática do estudo,

seus objetivos e a metodologia da pesquisa. O primeiro capítulo apresentou o contexto histórico do uso de cães em atividades policiais. O segundo capítulo destaca os aspectos sobre a produção de semente canino. O terceiro capítulo do estudo abordou sobre os princípios da administração pública importantes para a aquisição de semente canino para a instituição. O quarto capítulo apresentou a história da PMMA, a criação do Batalhão de Polícia de Choque e a criação do PEC. O quinto capítulo demonstra a estrutura metodológica da pesquisa. O sexto capítulo apresenta a análise feita por meio da pesquisa de campo realizada no PEC. Por fim, apresenta-se as considerações finais do estudo, buscando destacar os principais resultados da pesquisa.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CÃES

As unidades caninas são ferramentas valiosas para as agências de aplicação da lei e podem ajudar em uma ampla gama de situações. Os cães procuram e localizam suspeitos e provas, e conduzem buscas em locais onde seria perigoso enviar um militar ou agente de segurança. Assim, eles se tornaram uma parte importante da aplicação da lei nos últimos anos.

Por certo, para a ampliação do conhecimento acerca da aplicação dos cães na atividade policial, deve-se primeiramente, conhecer o surgimento e formação deste animal. Para isso, este capítulo abordará sobre a origem, domesticação e emprego dos cães no serviço policial.

2.1 A origem do cão doméstico

O cão é considerado como subespécie do lobo cinza; o cão foi o primeiro animal domesticado, e tem sido o animal de trabalho mais mantido a trabalhar, caçar e animal de estimação da história. Enquanto os primeiros cães foram domesticados há milhares de anos, a maioria das raças de cães existem há apenas algumas centenas de anos, tendo sido selecionados/criados artificialmente para ter comportamentos e funções específicas (NOTOMI, 2020).

Através dessa criação seletiva, a subespécie canina tem sido diversificada em centenas de raças variantes. Consequentemente, eles prosseguem com mais variâncias comportamentais e morfológicas do que qualquer outro mamífero terrestre (ALEXANDRE, 2015).

É possível que não se saiba exatamente quando o melhor amigo do homem, o cão, se apegou à raça humana. No entanto, sabe-se que o cão já fazia parte da vida familiar do homem das cavernas, na Europa, há mais de 12.000 anos (DIAS, 2019).

Historicamente, os cães eram utilizados para várias tarefas, tais como caça, guarda e pastoreio. Alguns cães, devido a traços morfológicos particulares, eram mais hábeis do que outros em certas tarefas. Tendo feito a associação entre utilidade e características físicas, os cães eram criados seletivamente para os fins desejados. Assim, evoluíram as primeiras "raças" que são os ancestrais das raças de cães de hoje (BRADSHAW, 2012).

Segundo Veleda (2016), ao longo dos séculos, foram utilizadas a endogamia intermitente para raças de cães mais refinadas, sistema no qual acontece o acasalamento entre indivíduos geneticamente semelhantes, de modo que as características físicas e comportamentais desejadas se tranassem cada vez mais hereditárias. O princípio de raça pura e regras rigorosas de criação, no entanto, só foram introduzidos no final do século XIX.

Para Prado e Soares (2014), a transição dos lobos para os cães primitivos se iniciou provavelmente a mais de 100 mil anos atrás, tendo o cão doméstico sua origem a algum lugar entre 15.000 a 30.000 anos. Uma teoria bastante difundida atualmente, sustenta que o cão descendeu diretamente dos lobos cinzentos através da ação dos homens que o selecionaram e domesticaram, essa aproximação se deu por conta da aproximação de matilhas dos homens primitivos em busca de restos de alimentos, os filhotes de lobo mais dóceis ficaram nas aldeias e com a sequência de acasalamentos acabaram surgindo os cães (VELEDA, 2016).

Quanto aos estudos genéticos para a determinação do surgimento do cão, Bradshaw (2012) acredita que apesar das análises de DNA indicarem que os cães descendem dos lobos cinzentos, isto ainda não é fator determinante, o motivo é explicado por estudos realizados em lobos americanos e europeus nos últimos 70 anos ou mais, não sendo apontado ancestralidade direta entre esses lobos e os cães domésticos atuais. Uma explicação plausível para isso é que os cães não descendem de nenhum tipo específico de lobo, mas cães e lobos modernos possuíram um ancestral comum a milhares de anos, com características muito diferentes das encontradas hoje nesses animais.

Mesmo com os avanços dos estudos genéticos, com o consequente mapeamento do genoma desses animais, não é possível definir com clareza o comportamento e ancestralidade do cão apenas com base em seu DNA. Isso ocorre, pois, muitos mamíferos possuem grandes semelhanças genéticas mesmo sendo drasticamente diferentes uns dos outros, um exemplo disso pode ser observado nos gatos, que possuem cerca de 79% de seu genoma similar ao do cão. Por esse motivo, mesmo com várias teorias embasadas cientificamente quanto a origem desses animais, ainda hoje não há uma unanimidade acerca do surgimento do cão doméstico como o conhecemos (LOPES, 2007).

2.2 O processo de domesticação

A domesticação pode ser encarada como uma das maiores realizações da humanidade, sendo resultado de um mutualismo, uma dependência recíproca entre os humanos e as espécies domesticadas (Murphey; Ruiz-Miranda, 1998). Tem sido dito que o apego dos primeiros cães ao homem, ajudou na domesticação da raça humana. Seja como for, é inteiramente dentro do reino das possibilidades que a raça de cães da Idade da Pedra, tendo piedade do homem das cavernas, o ajudou não somente na proteção de sua família, avisando sobre a aproximação de um inimigo, mas também na destruição do tigre dente-de-sabre, do urso e de outros animais perigosos (TATIBANA; COSTA-VAL, 2009).

Para Fogle (2012), a domesticação do animal que viria a descender o atual cão doméstico, se diverge de quase todos os outros animais domesticados por nós humanos, foi o lobo que escolheu viver perto de nós, de certa forma esse animal escolheu a sua domesticação. Tal feito foi possível com os primeiros assentamentos humanos, surgindo uma oportunidade de habitat próspero para os lobos, estes alimentavam-se dos restos de comidas e roedores atraídos por elas, desenvolvendo com o tempo um ambiente favorável para sua existência. Essa relação começou a ser vantajosa para as duas partes, pois os lobos se protegiam dos predadores maiores, que por sua vez eram caçados pelos humanos, em troca, com seu olfato e audição apurados, os lobos tornaram-se sentinelas, alertando os perigos externos.

A partir dessa interação humano-animal, deu-se início ao processo denominado de seleção artificial, descrito pelo naturalista Charles Darwin em 1859, no qual o homem selecionando os filhotes dos lobos que mais atendiam suas necessidades, acabaram criando um ambiente em que os lobos mais sociáveis passavam essas características para seus descendentes, gerando animais com mais propensão a domesticação. A preferência por esses animais, selecionaram características que ainda são notadas nos cães hoje (PRADO; SOARES, 2014).

Uma consequência evolutiva do lobo ao cão foi a seleção genética, principalmente relacionados a características físicas e comportamentais, tais como a redução do porte, coloração da pelagem, tamanho do crânio e redução no tamanho dos dentes. Em estágios mais avançados da domesticação, os humanos começaram a criar diversos tipos diferentes de cães ao selecionarem a cor, o tamanho, o tipo de

pelagem, formatos de rabo, orelhas, temperamento, além de outras características que mais se aplicavam às necessidades da época (PARIZOTTO, 2013).

2.3 O emprego do cão nas forças policiais

A utilização das habilidades inatas do cão em atividades policiais remonta a épocas antigas, por conta de seus sentidos aguçados e a predisposição para a defesa, o cão foi empregado desde a antiguidade em atividades de cunho militar. Segundo Moraes e Moraes (2006), o rei de Pirro, que governou Epiro (região localizada na parte oeste da Grécia), entre os anos de 295 a 272 antes de cristo, já explorava o cão nas atividades policiais. Antes mesmo desta data, já existiam indícios do uso desse animal com fins militares, como consta na Enciclopédia do Cão:

Desde o século XIII antes de Cristo, o cão, na condição de soldado com todos os direitos e obrigações, participa dos combates travados pelos homens. Esses molossos representavam armas indubitáveis contra o inimigo que tombavam sob o golpe de suas terríveis mordidas. A raça desses cães lembrava a de nosso dogue do Tibete atual. Entretanto, seu tamanho era ainda mais imponente pois o tamanho até a cernelha atingia de 75 a 80 cm, enquanto nos nossos dias estabilizou-se em 70 cm (GRANDJEAN; VAISSAIRE, 2001, p. 400).

O cão Molosso foi amplamente utilizado durante as campanhas armadas, tornando-se uma ferramenta importante nas mãos de civilizações como os egípcios, romanos, gauleses e celtas. As principais características do cão Molosso que se destacavam frente as outras raças eram as tendências agressivas e o grande porte corporal, que combinados com armaduras com pontas afiadas, serviam para ferir soldados e até mesmo cavalos que cruzassem seu caminho (ROSA, 2009 *apud* MACIEL, 1999).

Ao longo dos anos o emprego desses animais foram se especializando e ficando cada vez mais direcionado para algumas atividades, já no século XIV na cidade de Saint Malo, que fica situada no noroeste da França, foi inaugurado um sistema de policiamento com cães, durante esse mesmo período, os cães foram utilizados na função de guarda das fronteiras em todo o território europeu (MORAES; MORAES, 2006).

Durante a idade moderna, o emprego dos cães pôde ser observado na guerra Franco-Espanhola, onde cerca de 400 cães foram empregados pela Espanha durante o combate, presenteados pelo então Rei da Inglaterra Henrique VIII. Com o

sucesso da atuação desses animais, houve um reconhecimento por grandes estrategistas da época, incluindo Napoleão Bonaparte (PRADO; SOARES, 2014).

Apesar da utilização do cão para fins militares remontar a centenas de anos, foi no século XIX na Bélgica que originou o patrulhamento policial com a utilização desse animal. Para Engel (2018), isso foi impulsionado pela eclosão da revolução industrial, que ditou o fluxo das áreas rurais para a urbana, forçando as autoridades dos órgãos de segurança a se mobilizarem para manter a ordem social das sociedades civis que eclodiram em toda Europa industrial.

Posto isto, fica evidente que a participação canina foi amplamente utilizada nas guerras da antiguidade. Todavia, as grandes guerras do século XX foram as responsáveis por marcar definitivamente o emprego dos cães nas atividades militares. Estima-se que cerca de 75 mil cães foram utilizados durante o período da Primeira Guerra Mundial e mais de 200 mil cães na Segunda. Dentre suas atribuições estavam as mais variadas em campo de batalha, sendo utilizados para busca, guarda, salvamento, paraquedista e em alguns casos possuíam função suicida (ROSA, 2009 apud MACIEL, 1999).

Na década de 1970, o uso de cães nas forças policiais tomou uma posição nos Estados Unidos. Agora eles são considerados parte da força policial, e em muitos departamentos eles até têm seus próprios crachás. Das centenas de raças de cães, há algumas que são amplamente conhecidas por sua presença na aplicação da lei. O cão mais amplamente treinado para o trabalho de patrulha regular é o Pastor Alemão. Outras raças exemplares incluem – mas não estão limitadas ao Labrador Retriever, Pastor-belga-malinois e o Pastor Holandês. Certas raças têm sido utilizadas para fins especiais, tais como a dissuasão de drogas ou explosivos ilegais e o rastreamento de fugitivos ou pessoas desaparecidas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à realidade brasileira, os pioneiros na utilização de cães na atividade policial foram as polícias militares dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Onde no ano de 1950 foi criado oficialmente o canil da Força Pública de São Paulo, contando com um efetivo de quatro cães, metade de origem argentina. Posteriormente, no ano de 1967 o canil do Estado de São Paulo foi ampliado e elevou-se a condição da então Companhia de Cães da Polícia (FONTENELE, 2019 apud KRUG; MEDINA, 1995).

3 PRODUÇÃO DE SEMOVENTE CANINO

O termo semovente segundo o dicionário Houaiss (2001) é definido como: “o que anda ou se move por si próprio” ou ainda “coisa animada que se move por si mesmo e é suscetível de afastar-se de determinado lugar”. Por certo, a expressão é utilizada frequentemente no meio jurídico para referir-se aos animais selvagens ou domésticos. Igualmente, para a administração pública, os animais sob seu domínio e que se instituem para atender os seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas, também são classificados como semoventes.

Quanto a produção desse semovente para a formação de um plantel canino de qualidade, constitui-se como uma tarefa com um alto grau de complexidade, tendo em vista que por se tratar de um ser vivo biologicamente variável, estão sujeitos ao acometimento de diversas alterações comportamentais e fisiológicas, que impactarão negativamente na qualidade dos exemplares produzidos. Com o intuito de diminuir os impactos negativos imprevisíveis durante a produção, se faz necessário um rigoroso sistema de preparação, observando pequenos detalhes que vão desde o treinamento do cinotécnico responsável pelos animais, condições sanitárias das instalações físicas, alimentação, medicamentos, até finalmente as etapas do treinamento especializado (COELHO, 2021).

Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre o processo de produção de um semovente canino, apresentando as raças caninas mais recomendadas para a utilização no serviço policial, destacando a importância da formação do cinotécnico, além das noções de aprendizagem e as fases de desenvolvimento canino.

3.1 Seleção das raças

Diante da pluralidade de raças disponíveis e dos diversos tipos de modalidades de emprego dos cães, se faz necessário um estudo mais apurado das características desejáveis no momento da seleção das raças para reprodução e criação nas instituições policiais.

A instituição responsável por determinar os padrões de cada raça e realizar a classificação de acordo com suas características é a Federação Cinológica

Internacional (FCI), entidade máxima quando se trata de cinofilia mundial, contendo mais de 80 países membros, incluindo o Brasil. De acordo com o Prado e Soares (2014), a FCI divide as raças caninas em 10 grupos oficiais, classificados como:

- I. Cães Pastores e Boiadeiros (exceção dos Boiadeiros Suíços);
- II. Cães tipo Pinscher, Schnauzer, Molossos tipo Montanhês/Dogue e Boiadeiros Suíços;
- III. Cães Terriers;
- IV. Cães Teckels;
- V. Cães Nórdicos, Cães Spitz e Cães do tipo Primitivo;
- VI. Cães Sabujos, Cães Pista de Sangue e Raças Assemelhadas;
- VII. Cães de Aponte Continentais e Britânicos;
- VIII. Cães Recolhedores, Levantadores e Cães D'água;
- IX. Cães de Companhia;
- X. Cães Galgos e Lebreiros.

Dentre os diversos grupos de cães reconhecidos atualmente, um número restrito de raças atua efetivamente na atividade policial, uma vez que o trabalho exige do animal traços específicos, que podem ser diversificados de acordo com cada instituição. Tais características vão desde um bom porte físico, agilidade, obediência, curiosidade, agressividade controlada, autoconfiança, até um faro bem desenvolvido para atingir algum objetivo militar: drogas, armas, explosivos ou pessoas (ANDRADE, 2015).

Na atualidade, as raças caninas mais utilizadas na maioria dos exércitos, forças militares e policiais em todo o mundo são: Pastor Alemão e Pastor Belga Malinois. Ambas raças possuem décadas de seleção voltadas para o trabalho, através de competições e provas de trabalho, selecionando os cães mais hábeis ao emprego. Contudo, outras raças também são utilizadas, com menos predominância, a exemplo do Pastor Holandês, Doberman, Rottweiler e o Labrador (PRADO; SOARES, 2014).

Embora a seleção das raças para a produção se caracterize como parte importante do processo, a realidade brasileira nos últimos anos se restringiu à utilização prioritariamente dos cães Pastor Alemão e Pastor Belga Mallinois. Este fato pode ser justificado por essas raças possuírem algumas características em comum, como bom vigor físico, impulso ao trabalho, inteligência, agilidade e um faro bem desenvolvido.

3.2 Atuação do cinotécnico

O cinotécnico é o profissional responsável pelo treino e emprego de cães em tarefas especializadas, Porto (2011) define a cinotecnia como “o estudo da anatomia, comportamento e psicologia de raças caninas, que tem por objetivo o treino e criação de cães”. Desse modo, a formação do cinotécnico se caracteriza como etapa indispensável dentro do processo de produção do semovente canino, uma vez que ele será o responsável por transmitir estímulos controlados aos filhotes, para que eles cresçam com estabilidade emocional, sem ansiedade ou medo de novos ambientes e pessoas (GOIÁS, 2020).

Diante disso, o primeiro passo quando se objetiva produzir o próprio semovente canino é o treinamento da equipe que será responsável por esse processo. A formação do cinotécnico se mostra importante pois ele estará presente nas fases iniciais da produção dos filhotes, momento em que o animal começará a captar e assimilar diversos estímulos do mundo externo, estampando-os em seu cérebro (imprinting), agindo na formação para as bases comportamentais do que virá a ser o cão de trabalho policial. (GOIÁS, 2020).

Além de atuar no treinamento dos cães, os cachorreiros, como também são intitulados, operam junto aos cães formando uma unidade humano-cão denominada de binômio. Para essa modalidade de policiamento, o cinotécnico atua como condutor do cão, em uma relação verticalizada, emitindo seus comandos para o cão conduzido (NETO, 2021).

Nesse sentido, a atuação com cães é diferente de uma lotação em uma unidade canina, para a atuação, é necessário que o militar disponha da capacidade técnica de operar com cães policiais. O elemento definidor de um cinotécnico é a sua habilidade em formar um binômio, e isso se deve à sua reserva de conhecimento e aplicação prática, caracterizada por um aprendizado que ocorre através da sociabilidade interna nos canis e unidades caninas (NETO, 2021).

Em suma, a figura do cinotécnico é peça fundamental na produção de um plantel canino de qualidade, sua postura e comprometimento com a formação dos filhotes vão além do treinamento e o convívio diário, devendo se preocupar com cuidados básicos como limpeza, uma boa nutrição, cuidados com vacinação e vermifugação e o provimento de um ambiente que forneça qualidade emocional aos animais (GOIÁS, 2020).

3.3 Desenvolvimento do comportamento do Cão

É evidente que o comportamento canino é determinado por diversos fatores, que podem ser genéticos, biológicos e empíricos. Da mesma forma que ocorre com os humanos, os cães passam por fases de desenvolvimento ligadas ao aprendizado. Durante o seu crescimento, o cão vivencia um momento de organização biológica progressiva, nesse período o animal encontra-se sensível aos estímulos externos, realizando um processo de construção da aprendizagem e se adaptando ao meio em que está inserido (CARMO, 2013).

O período que compreende do nascimento até atingir a maturidade sexual é considerado crítico para a produção de um cão equilibrado, as experiências adquiridas nessa fase irão influenciar diretamente no seu comportamento durante a vida adulta. Em suma, o cão para atividade policial deve adquirir conhecimentos desde seu nascimento, iniciando com instruções simples e ao passar do tempo direcionando-as para mais específicas, de acordo com a aptidão que se deseja desenvolver (CARMO, 2013).

As fases de desenvolvimento do comportamento canino podem ser classificadas, de um modo geral, em: período neonatal, período transicional, período social (janela de socialização) e período juvenil.

3.3.1 Período neonatal

Esta fase se inicia com o nascimento do cão até cerca da segunda semana de vida. Neste período o filhote se restringe principalmente a mamar e dormir, procurando a mãe através do tato e do olfato, ainda pouco desenvolvidos ao nascimento. Durante essa fase, os filhotes ainda são surdos e cegos, realizando apenas quatro reflexos: rastejar, sucção, perineal e transporte (GOIÁS, 2020).

Uma observação importante nessa fase é a alimentação pelo leite materno. Nos dois primeiros dias após o parto a matriz produz o primeiro leite, chamado de colostro, essa alimentação é rica em proteínas e fornece aos filhotes 95% dos anticorpos necessários para combater infecções. Ao alimentar os filhotes com o colostro, a matriz transmite passivamente sua “memória imunológica” para a ninhada por um período de cinco a sete semanas, quando estarão capacitados a se defender das infecções (ENCICLOPÉDIA DO CÃO, 2001).

3.3.2 Período de transição

O período de transição geralmente se inicia a partir da segunda semana até a terceira semana de vida. Nesta fase se inicia a abertura dos olhos, ainda que com pouca acuidade visual e os ouvidos se desenvolvem, aumentando a percepção do ambiente à sua volta. Além disso, é possível observar a transição do rastejo para os primeiros passos (marcha), a percepção da dor, apuração do paladar e o surgimento dos primeiros dentes (GOIÁS, 2020).

3.3.3 Período de socialização

Caracterizado como período mais importante, do ponto de vista comportamental, se inicia entre a terceira semana até cerca de 14 semanas de vida. É no período de socialização que ocorrem as fases indispensáveis de estabelecimento e direcionamento social, nesse momento é importante a exposição do cão à diversas experiências, como sons, texturas, convívio com humanos, novos ambientes, permitindo o desenvolvimento de um comportamento mais estável. (CARMO, 2013).

Segundo Carmo (2013) “as experiências vividas nos primeiros meses de vida têm efeitos duradouros e influenciam o desenvolvimento dos comportamentos ao longo da vida do cão”. Após esse período, quanto mais tarde o cão for condicionado aos estímulos, mais difícil será o seu treinamento.

Além disso, neste momento de aprendizado da vida social, ocorrem as fases de atração e aversão. Na fase de atração, o filhote não possui medo de nada, ficando suscetível à diversas experiências, desse modo, é importante a apresentação de diferentes ambientes e estímulos necessários para a atividade policial, como barulhos, odores diferentes, o som de disparos de arma de fogo, carros e helicópteros. Já na fase de aversão, entre a oitava e décima semana, o filhote possui medo de tudo que é novo, pois sua sensibilidade está aflorada, traumas ocorridos nessa etapa podem ser levados por toda a vida do animal (ENCICLOPÉDIA DO CÃO, 2001).

3.3.4 Período juvenil

O início é compreendido por volta do quarto mês até um ano de idade. Quanto ao seu porte físico, já demonstra o tamanho e o peso de um cão adulto,

contudo emocionalmente ainda é um filhote. Nessa fase se inicia o comportamento sexual, atingindo a maturidade por volta de 8 meses de vida. Por influência dos hormônios sexuais, esse período pode incorrer em tendências de rebeldia do animal, se encerrando no início da fase adulta (GOIÁS, 2020).

3.4 Noções da aprendizagem canina

O processo de aprendizagem e condicionamento canino não possui uma fórmula ou método simplificado, o que surgem são várias etapas que devem ser vivenciadas pelo animal integralmente. Da mesma forma que ocorre com os humanos, o processo de condicionamento canino é behaviorista, tendo o animal tendência a repetir ações que lhe causam prazer e evitar as que lhe trouxeram frustrações. Nesse sentido, o método behaviorista se constitui como elemento importante na formação do animal, pois busca-se reforçar as ações que possuem relevância para o serviço policial, em que o mais importante é a aplicação do estímulo certo durante a fase certa (PARIZOTTO, p. 18, 2017).

Durante a formação de um cão para o trabalho policial, cada etapa do treinamento está atrelada a uma fase do desenvolvimento, conforme descreve Parizotto (2017, p.18):

Cada fase precisa ser preenchida, e somente avançar para a fase seguinte quando o cão estiver completamente pronto na fase em que se encontra. Em cada fase é preciso também respeitar a idade e a maturidade do cão, mesmo que ele seja capaz de fazer coisas que pertençam à fase seguinte. Não observar esses procedimentos pode trazer muitos prejuízos emocionais ao cão.

A aprendizagem nos cães é a capacidade de repetir ações que foram ensinadas anteriormente, esse processo pode ocorrer de diversas formas, sendo as mais recorrentes para o treinamento policial a habituação, sensibilização e o condicionamento operante (PARIZOTTO, 2017).

3.4.1 Habituação

Este processo de aprendizagem é considerado o mais simples, se encontra em todas as espécies do reino animal e está associado a aspectos cognitivos. A

habituação trata de uma familiarização em resposta a apresentação repetidas de um mesmo estímulo, é esse processo o responsável pela habituação com pessoas, ambientes e objetos, fazendo com que o cão perca o medo e a ansiedade (CARMO, 2013).

Durante a formação do cão para o serviço policial, a habituação é importante em animais que demonstram situações de grande excitação na realização das atividades, com a repetição constante dessas ações, é possível condicionar o cão ao evento, tornando-o pouco significativo. Além disso, este processo é responsável por habituar os cães para a atuação em situações de estresse, diminuindo sua distração, a exemplo de ruas movimentadas, ao som dos carros, disparos de arma de fogo e a presença de outros animais.

3.4.2 Sensibilização

A sensibilização é o processo contrário à habituação, onde ocorre um aumento na probabilidade de resposta, devido à repetição de um mesmo estímulo. Se na habituação o cão irá se acostumar com o estímulo, na sensibilização ele se tornará mais sensível a esse estímulo repetido. Geralmente, a ação sensibilizante é algo desagradável, aversivo ou nocivo, sendo percebido pelo animal como um estímulo perigoso (SCHMIDT, 2017).

Este tipo de estímulo é considerado, assim como a habituação, como uma aprendizagem não associativa, pois não resulta da associação entre dois estímulos particulares, já que um único estímulo sensibilizante, pode modificar a resposta para uma diversidade de estímulos relacionados. Desse modo, a sensibilização faz com que o cão reaja a qualquer novo estímulo como se fosse uma previsão de uma nova ocorrência daquele evento que o sensibilizou (PARIZOTTO, 2017).

3.4.3 Condicionamento operante

Neste processo de condicionamento, uma resposta tem repetidamente como consequência um estímulo incondicionado. Ou seja, o comportamento reflexo é involuntário, sendo a resposta produzida por modificação de estímulo do ambiente. Esses estímulos ocorrem na forma de reforços, a exemplo de um cão condicionado para busca de drogas, toda vez que ele encontrar alguma substância entorpecente,

ele será recompensado, podendo ser com um petisco, brincadeira ou qualquer ação que faça que o mesmo tenha a vontade de repetir essa ação (PARIZOTTO, 2017).

Os estímulos podem ser reforçadores ou punidores, sendo classificados em quatro tipos: reforço positivo, reforço negativo, punição positiva e punição negativa. Denomina-se reforço quando a relação entre a resposta e a sua consequência produz um aumento da frequência e punição quando se observa que a consequência diminui a probabilidade da responder se repetir (SCHMIDT, 2017).

O reforço pode ser caracterizado como positivo quando se adiciona algo que o cão deseja para aumentar a vontade de repetir aquela ação, já o reforço negativo é quando ocorre a retirada do estímulo que o cão não gosta, aumentando a sua vontade de repetir a ação. Já na punição positiva, é quando se adiciona algo que o cão não gosta, para diminuir a vontade de repetição daquela ação, e para a negativa, retira-se algo que o animal deseja, fazendo com que sua vontade de ação diminua (PARIZOTTO, 2017).

4 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública configura-se como o ramo da gestão aplicada nas administrações direta e indireta das três esferas de governo: União, Estados e municípios. Observado o art. 37 da Constituição Federal, nota-se que a Administração Pública tem por dever seguir os ditames dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência. Seguindo esse entendimento, a Polícia Militar do Maranhão por fazer parte da administração pública direta em âmbito estadual, está inserida nesse contexto, e suas ações devem ser pautadas dentro dos princípios ordenados pela nossa Constituição Cidadã (PINTO; LIMA, 2017).

Nesse sentido, o artigo 37 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso XXI, preconiza que:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (BRASIL, 1988).

O processo de licitação pública é caracterizado como o procedimento administrativo em que a Administração Pública cria os meios para verificar, dentre os interessados habilitados, quem oferece melhores condições para a prestação de serviços, obras, alienações ou compras (PISCITELLI, 2004). A modalidade de licitação pública prioritária e aplicável a qualquer valor de contratação é a de Pregão, eletrônico ou presencial, pelo tipo menor preço.

Deste modo, este capítulo fornecerá os fundamentos teóricos acerca do tema proposto, elencando os conteúdos relacionados aos princípios e métodos aplicáveis à esfera pública.

4.1 Princípios da administração pública

Em geral, a hermenêutica da Administração Pública (AP) é ampla, abrangendo legislação e execução, além da função administrativa e a função do governo. Assim, a AP pode ser vista de perspectivas formais, materiais e operacionais. A perspectiva formal é um conjunto de entidades que executam políticas

governamentais; a perspectiva material considera funções públicas; e as perspectivas operacionais contêm aspectos relacionados ao desempenho, bem como os procedimentos legais e técnicos dos serviços estatais ou outros pelos quais ela é responsável (DI PIETRO, 2020).

Segundo Oliveira (2020), a AP deve proceder de forma honesta e de boa fé, e está proibida de se envolver em qualquer ato que corrompa seus princípios e impeça os cidadãos de exercerem seus direitos. Como tal, ao contrário da iniciativa privada, a AP só pode agir de acordo com a lei e não de forma autônoma. Isto torna o princípio da legalidade uma pedra angular para outros princípios, apesar de não haver hierarquia entre eles, já que limita todos os atos administrativos à lei, sejam eles associados ou discricionários.

Assim, além de agir de forma legal, os administradores públicos também devem agir de forma impessoal e equitativa, abstendo-se de qualquer preferência particular e sempre focalizando o interesse público. A este respeito, Chaves e Albuquerque (2019) afirmam que a atividade administrativa deve visar todos os cidadãos, sem discriminação alguma.

Carvalho Filho (2020) acrescenta que o aspecto contundente da impessoalidade é sua ligação com o interesse público, que é um tipo de rejeição de interesses parciais, grupais ou individuais. De acordo com Di Pietro (2020), as atividades de AP devem cumprir não apenas a lei, mas a própria moral, porque nem tudo que é legal é honesto.

Esta afirmação é pertinente porque os princípios da administração pública se complementam, o que significa que um ato administrativo deve ser tanto legal quanto moral. Além disso, tendo em vista que a AP visa o interesse público, o princípio da publicidade torna obrigatória a difusão de atos, contratos e outros instrumentos de AP diretos e indiretos, a fim de conhecer, controlar e iniciar seus efeitos.

O princípio de eficiência, criado pela Emenda Constitucional 19/1998, é um marco na gestão pública porque estipula maior produtividade no menor tempo possível, e ao menor custo possível. Em outras palavras, a procrastinação nunca se justifica e pode levar a AP a compensar as perdas causadas por atrasos em uma iniciativa estatal (LIMA, 2019).

Neste sentido, o modelo de administração pública gerencial busca não apenas qualidade nos serviços públicos para melhor atender às necessidades de seus usuários, mas soluções eficazes para problemas orçamentários e processuais, com

custos menores e uso mais eficiente dos recursos, ou seja, um modelo orientado aos resultados (MAZZA, 2019).

Na Constituição brasileira, há um capítulo inteiro dedicado ao tema Administração Pública. O caput do primeiro artigo deste capítulo (art. 37 da CF/1988) estabelece que a administração direta e indireta de todos os níveis e poderes de governo, incluindo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, devem seguir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Estes são os princípios constitucionais, embora existam alguns outros que estão implícitas ou espalhadas por todo o sistema legal. O significado e os limites dos princípios constitucionais são discutidos da seguinte forma (BRASIL, 1988).

O princípio da legalidade é caracterizado por ser o princípio mais simples e comum e, em teoria, a mais fácil de entender e implementar, especialmente por sua estreita ligação com as regras legais incluídas nas inúmeras leis e dispositivos normativos relacionados com a administração pública.

O princípio da legalidade constitui o principal fundamento do Estado de Direito Democrático, de forma que ele não só garante que o povo seja amparado pela lei, mas também o próprio Estado. Como resumido por Di Pietro (2020, p. 67), “a vontade da administração pública segue o que foi fixado por lei”. Ou como explica Carvalho Filho (2020, p. 114), “as funções desenvolvidas pelos funcionários públicos só devem ser consideradas legítimas se forem compatíveis com as disposições da lei”.

O princípio da impessoalidade, segundo alguns importantes juristas brasileiros, é o princípio que pressupõe a impessoalidade. Por um lado, para atingir seus objetivos públicos, a administração pública não pode se concentrar em interesses particulares, mas, pelo contrário, funcionários públicos e autoridades devem assumir um comportamento no qual possam formalmente assegurar uma igualdade justa entre as pessoas.

Como aponta Lima (2019), a governo não pode agir de forma a distinguir as pessoas, prejudicando ou beneficiando indivíduos específicos, uma vez que o interesse público deve orientar seu comportamento. Em resumo, pode-se dizer que a administração pública deve perseguir o interesse público.

O princípio da moralidade revela a ideia de que o ato administrativo, ou seja, a ação ou decisão tomada pela administração pública através de seus agentes (autoridades, público funcionários), devem cumprir não só as exigências legais, mas

também devem cumprir e respeitar os parâmetros de moralidade, sendo definidos, em um determinado tempo e lugar, em de acordo com a ética pública.

Por vezes as ações tomadas pela administração pública podem ser compatíveis com a legalidade, mas ao mesmo tempo podem causar danos à moral, ao bem costumes, as regras de boa governança, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade. Se esse for o caso, haverá uma ofensiva contra o princípio da moralidade administrativa.

Segundo o princípio da publicidade, os atos realizados pela administração pública devem ser divulgados, resultando não só em uma eficácia (capacidade de produzir efeitos jurídicos), mas também permitindo seu controle, seja pelos órgãos públicos responsáveis por esta função, seja pela sociedade em geral (CARVALHO FILHO, 2020).

Faz parte da natureza de um Estado de Direito Democrático a preponderância do direito de acesso à informação pública e aos dados públicos por parte dos cidadãos e, como o outro lado da mesma moeda, é dever do Estado sua divulgação. Os atos, as decisões e a lógica por trás deles devem estar disponíveis para exame e avaliação pelos órgãos públicos de controle e pela sociedade em geral. O sigilo e a confidencialidade só são justificados em situações em que a revelação dessas informações possa colocar em risco tanto a segurança do Estado quanto a dos cidadãos (MAZZA, 2019).

O princípio de eficiência não foi fixado na lista original de princípios enumerados pela Constituição brasileira, pois sua promulgação ocorreu em 1988. Ele foi posteriormente inserido por meio da Emenda Constitucional (EC) n. 19 de 1998. Por ser o foco deste documento, este princípio será discutido mais detalhadamente no próximo capítulo.

É importante destacar que os princípios legais que regem os procedimentos de aquisição. A Lei nº 8.666/1993 estabelece em seu art. 3º os princípios a serem observados pelos funcionários públicos para a realização dos procedimentos de contratação, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, aderência à licitação, aviso prévio, avaliação objetiva da oferta, e outros correlatos. A lei, como foi publicada em 1993, não menciona explicitamente o princípio de eficiência, que naturalmente também rege a atividade de licitação sob a Constituição. A partir destes princípios, é conveniente considerar

alguns aspectos relativos ao princípio de aderência ao edital de licitação (OLIVEIRA, 2020).

4.2 Orçamento Público

Originado na Inglaterra em 1688, o orçamento foi evoluindo em decorrência ao desenvolvimento político entre os poderes legislativo e executivo. Na época da monarquia, há séculos atrás, o rei representado pelo poder executivo, podia instituir impostos para qualquer tipo de finalidade, desde financiar bodas e festas a dotes. Tais despesas eram realizadas, e não eram prestadas contas ao representante no povo no parlamento (OLIVEIRA, 2017).

Como forma de diminuir os poderes do rei, o parlamento começou a lutar a fim de controlar as finanças públicas, e conseguiram tal dispositivo, através de muita pressão dos barões feudais, os quais integravam o órgão de representação da época. Dessa forma, então surgiu o orçamento. Muitas lutas foram oriundas do descontrole do rei, o parlamento então, passou a ser incansável para com o seu objetivo, a cada etapa, foram obtidas muitas vitórias sobre o executivo, a partir daí muitas instituições foram surgindo, até chegar ao Orçamento que se conhece nos dias atuais (CARVALHO FILHO, 2020).

Quanto à realidade brasileira, iniciou-se o processo de organização de suas finanças com a vinda do rei D. João VI, então em 1808 foram criados o Erário Público (Tesouro) e o regime de contabilidade, isso devido, a abertura dos portos que trouxe a necessidade de maior disciplinamento na cobrança dos tributos aduaneiros. Portanto, com a finalidade de elaborar e apresentar um orçamento público com maior transparência à sociedade, da Constituição de 1824, até a atual 1988, dedicaram alguns artigos às finanças públicas (orçamentos), os quais se atualizaram através do tempo até configurar o modelo atual (XEREZ, 2013).

Nesse sentido, o conceito de orçamento público pode ser entendido da seguinte forma:

O orçamento público é um plano do governo demonstrado em forma de elementos constitucionais. É um instrumento contínuo de controle da sociedade sobre as finanças públicas. Segundo Oliveira, “tem seu aspecto político, por que revela desígnios sociais e regionais, na destinação de verbas; e econômico, porque manifesta a atualidade econômica; técnico, com

o cálculo de receitas e despesas; e jurídico, pelo atendimento às normas constitucionais e legais” (OLIVEIRA, 2017, p. 305).

Para Lima e Castro (2000), o orçamento público é caracterizado pelo planejamento realizado pela Administração Pública para atender, durante um período, aos programas de trabalho e planos por ela desenvolvidos, realizado através da planificação de receitas obtidas, com o objetivo de realizar melhorias quantitativas e qualitativas aos serviços prestados à sociedade.

Após a conceituação de orçamento público, é importante trazer este conceito para o âmbito do Estado do Maranhão, o planejamento governamental tem se estruturado desde a Constituição de 1988, através de seu art. 165, que instituiu os três instrumentos básicos do planejamento governamental para o controle dos gastos públicos, sendo: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA representa o principal instrumento das ações do gestor público, sendo considerada a primeira classificação orçamentária trabalhada. É o instrumento legal de maior alcance temporal no estabelecimento de objetivos e metas durante todo o Governo. Neste plano são descritas todas as diretrizes, de forma que a administração pública possa cumprir os objetivos propostos. Este plano também é conhecido como Programa de Governo, pois contempla todas as ações que devem ser realizadas pelo gestor, durante o seu mandato (ÁVILA, 2011).

A utilização do PPA surge como um importante instrumento de planejamento, e a sua elaboração deve seguir um criterioso processo, pois os objetivos e metas fixadas deverão ser cumpridas, sendo posteriormente cobradas conforme a Lei de responsabilidade fiscal.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, § 2º, a Lei de Diretrizes Orçamentária é caracterizada por:

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Logo, a LDO é compreendida como o elo entre o PPA, considerado como o Plano de Governo, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumento que proporciona a execução dos programas governamentais. É a responsável por estabelecer

anualmente as metas e diretrizes para o exercício seguinte, além de servir de instrumento norteador da elaboração dos orçamentos anuais (MARANHÃO, 2020).

As Leis Orçamentárias Anuais, segundo a CF de 1988, art. 165, § 5º, compreende em três partes:

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III – O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA representa o principal instrumento orçamentário, em sua ausência, o administrador não possui autorização para a aplicação do gasto público. Enquanto o PPA e a LDO representam a etapa de planejamento, este instrumento é responsável pela efetivação das metas planejadas nos quatro anos para a PPA e para cada ano na LDO. É neste instrumento que ocorre a fixação dos valores que serão empregados em cada atividade governamental (ÁVILA, 2011).

O Estado do Maranhão, conta com a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), para a coordenação de todo esse processo, sendo dotada de um sistema de planejamento estruturado de forma integrada e articulada, onde a Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento (SPLAN), atua como órgão central.

No âmbito da Polícia Militar do Maranhão a coordenação orçamentária é realizada pelo Gabinete do Chefe do Estado-Maior, através de sua 4º seção (PM4). Nesse sentido, este assessoramento é responsável pelo direcionamento dos recursos, com base nas determinações do Comando da PMMA, levando em consideração os instrumentos legais apresentados anteriormente.

Quanto ao acompanhamento da execução financeira do orçamento, a PMMA conta com uma Diretoria de Finanças (DF), atuando nos projetos e atividades da PMMA no âmbito financeiro, controlando e gerenciando os recursos da instituição e participando de atos administrativos correspondente à matéria financeira e contábil.

4.3 Processos licitatórios

No âmbito das licitações, as novas regras de compras governamentais são promulgadas no Brasil, convertendo o Projeto de Lei (PL) 4.253/2020 na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, com o objetivo de modernizar e racionalizar as regras atuais sob as quais o governo realiza as seguintes transações: I - venda e concessão de direitos reais de uso de bens; II - compra, inclusive por encomenda; III - arrendamento; IV - concessão e permissão de uso de bens públicos; V - prestação de serviços, inclusive técnicos especializados e profissionais; VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia; VII - contratação de tecnologia da informação e comunicação (BRASIL, 2021).

A lei substitui uma “colcha de retalhos” formada pelos regulamentos de compras anteriores (Lei 8.666/1993), a Lei de Leilão (Lei 10.520/2002) e a Lei de Contratação Diferenciada (Lei 12.462/2011), modificando as regras relativas aos sistemas de contratação governamental. A nova lei começa a estruturar o processo de contratação em sete (7) fases, na seguinte sequência: I - preparatório; II - divulgação do edital de licitação; III - apresentação de propostas e licitações, quando aplicável; IV - julgamento; V - habilitação; VI - apelação; VII – homologação (BRASIL, 2021).

A nova lei substituirá as modalidades de aquisição anteriores (convite, licitação, concorrência, tomada de preços, leilão, leilão reverso, leilão eletrônico reverso, e regime de contratação diferenciada) pelas cinco (5) modalidades de aquisição seguintes: I - leilão reverso; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo (BRASIL, 2021).

Apesar das recentes inovações no âmbito das compras públicas, com a implementação de novos dispositivos, por ser considerado como aquisição de bens para a administração pública, a compra dos semoventes caninos continua seguindo os mesmos processos licitatórios já utilizados. Sendo aplicado a modalidade pregão para a aquisição de cães para a PMMA.

A modalidade de licitação denominada pregão, foi instituída com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. O pregão abrange a aquisição de bens e serviços comuns, sendo considerados bens e serviços comuns aqueles em que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, através das especificações usuais do mercado.

O Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentou a licitação, em sua modalidade pregão, na forma eletrônica, surgindo como um método de baixo custo, em que o contato entre a administração pública e as empresas privadas é facilitado, desburocratizando o processo através do auxílio de plataformas online para a escolha de lances mais favoráveis para instituição.

No processo licitatório, os tipos de licitações são divididos em quatro: menor preço, melhor técnica ou técnica e preço, melhor lance ou oferta. No caso da aquisição de sementes caninos para a PMMA, o tipo adotado será o de menor preço, tendo em vista que a Lei nº 10.520, em seu art. 4º, preceitua que para modalidade pregão, no julgamento e classificação das propostas serão adotados o menor preço, observando os prazos, especificações e parâmetros definidos no edital.

Sendo assim, visando atender as necessidades da PMMA e seguindo os ditames legais, a aquisição de semente canino deve ocorrer mediante processo de licitação pública, comumente na modalidade pregão, na forma eletrônico, do tipo menor preço. Com o objetivo de alcançar êxito na aquisição de bons exemplares de semente canino para a PMMA, a instituição é responsável pela elaboração do Termo de Referência, documento que contém os elementos necessários para caracterizar o objeto da licitação.

5 POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

A Polícia Militar do Maranhão foi criada a partir da Lei provincial nº 21, de 17 de junho de 1836, sancionada pelo presidente da província do Maranhão Antônio Pedro da Costa Ferreira, foi denominada inicialmente de Corpo de Polícia da Província do Maranhão, possuindo um efetivo de 412 praças e composto por um Estado Maior e quatro Companhias de Infantaria (MARANHÃO, 2016).

O então Capitão do Exército Feliciano Antônio Falcão, foi comissionado ao posto de Major Comandante do Corpo de Polícia Da Província do Maranhão, sendo responsável por organizar e comandar a tropa. O Major Feliciano Falcão dedicou seus cuidados e se empenhou enquanto esteve à frente do Corpo de Polícia, para organizá-lo e instruí-lo, de modo em que rapidamente ganhou confiança em todo seu território de atuação (QUEIROZ, 2005).

O novo organismo militar possuía o modo de alistamento voluntário. Contudo, se não houvesse número suficiente de voluntários para integração completa do Corpo de Polícia, o presidente da província mandaria proceder o recrutamento forçado, regulado pela instrução de 10 de julho de 1832 e pelo decreto de 02 de novembro de 1835. Era exigido de todos um bom procedimento moral e político (MARANHÃO, 2016).

Ao longo dos anos o Corpo de Polícia da Província do Maranhão sofreu mudanças na sua denominação, até ser chamado de Polícia Militar do Maranhão, conforme demonstra o Resgate Histórico dos Regulamentos da Polícia Militar do Maranhão (MARANHÃO, 2016):

- a) Corpo de Polícia da Província do Maranhão – Lei Provincial nº 21 de 17 de junho de 1836 a 1847;
- b) Corpo de Polícia Urbana – Lei nº 233 de 06 de julho de 1847 a 1849;
- c) Corpo de Polícia – Lei nº 262 de 12 de dezembro de 1849 a 1892;
- d) Corpo de Infantaria – Lei nº 05 de 28 de setembro de 1892 a 1910;
- e) Corpo Militar do Estado – Decreto nº 96 de 28 de julho de 1910 a 1923;
- f) Batalhão Policial do Estado – Lei nº 1091 de 30 de abril de 1923 a 1930;
- g) Batalhão Auxiliar da Brigada do Norte – Decreto nº 09 de 14 de outubro de 1930;
- h) Força Pública do Estado – Decreto nº 22 de 29 de dezembro de 1930 a 1933;

- i) Corpo de Segurança Pública do Estado – Decreto nº 550 de 30 de dezembro de 1934 a 1939;
- j) Polícia Militar do Estado – Decreto nº 752 de 31 de dezembro de 1934 a 1939;
- k) Força Policial do Estado – Decreto nº 322 de 18 de dezembro de 1939 a 1950;
- l) Polícia Militar do Estado – Lei nº 508 de 30 de dezembro de 1950 a 1969;
- m) Polícia Militar do Maranhão – Lei nº 3013 de 08 de dezembro de 1969 aos dias atuais.

A Polícia Militar do Maranhão atualmente está presente em todos os 217 municípios do Estado, sendo empregada diurnamente na importante missão de proteção da vida e da preservação da ordem pública, tais incumbências se dão através do policiamento ostensivo, atuando de maneira preventiva e repressiva visando garantir a preservação da ordem e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

5.1 Batalhão de Polícia de Choque - BPChoque

O final da década de 70 e início da década de 80 no Brasil foi marcada por constantes transformações, o autoritarismo, a crise do petróleo e a inflação descontrolada, gerou insatisfações por parte de toda a sociedade. Diante dessa situação, o então Comandante Geral da PMMA Cel ExB Floriano Barbosa de Amorim Filho determinou a 3ª Seção do EMG a elaboração de um plano para a preparar um pelotão capaz de atuar em situação de alta complexidade e no Controle de Distúrbios Cíveis (CDC) no Estado do Maranhão (MARANHÃO, [2017?]).

A criação do Pelotão de Choque foi realizada junto a uma Companhia do 1º BPM, contando com o efetivo de 33 (trinta e três) policiais militares, com treinamento na área de Controle de Distúrbios Cíveis e duração de 30 (trinta) dias, realizado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, sob o comando do então 1º Ten QOPM Nestor Reinaldo Conceição Filho. O Pelotão de Choque foi transformado em Companhia de Choque do 1º BPM após a incorporação de um novo efetivo composto por 60 (sessenta) policiais, até o ano de 1986 em que foi criada a Companhia de Choque Independente (MARANHÃO, [2017?]).

A Lei Nº. 4.716, de 17 de abril de 1986 criou a Companhia de Choque Independente em seu Art. 2º, § II, sendo subordinada ao então Comando do Policiamento da Capital (CPC). A sua finalidade era atender aos serviços extraordinários, as ações de controle de tumultos, ao policiamento em eventos e

praças desportivas e dar apoio aos batalhões de área na realização do patrulhamento tático em viaturas, atuando nos bairros com maior incidência de criminalidade (MARANHÃO, [2017?]).

No ano de 2004, com o advento do Decreto Nº. 20.376 de 29 de março de 2004, a Companhia de Polícia de Choque Independente foi transformada em Batalhão de Missões Especiais (BME), mantendo as suas missões anteriores, mas com seus pelotões transformados em companhias. Em 2008 foi criada a Companhia de Operações Especiais, comandada pelo então Ten QOPM Rodrigues, considerado um marco inicial, vindo a conseguir a independência de suas instalações físicas, ao adquirir o termo de cessão do sitio Santa Eulália, passando a sediar sua unidade de Operações Especiais (MARANHÃO, [2017?]).

Após a transformação do Companhia de Choque Independente em BME, no ano de 2004, foi acrescida na Cia de Força Tática um pelotão de motocicleta denominado Esquadrão Águia, sendo precursora nessa modalidade de policiamento no Estado do Maranhão, que por motivos de mobilidade e agilidade em apoiar o policiamento ostensivo, aumentou o número de ocorrências atendidas pelo Batalhão (MARANHÃO, [2017?]).

Com o advento da medida provisória nº 264 de 18 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 234 de 18 de dezembro de 2017, fica transformado em Batalhão de Polícia Militar de Choque (BPChoque) – Major QOPM Luís Fábio Siqueira Silva, o então Batalhão de Missões Especiais. Sendo o BPChoque subordinado diretamente ao Comando de Missões Especiais (CME), criado também na referida medida provisória.

De acordo com o Histórico do Batalhão de Choque (MARANHÃO, [2017?]), a unidade atua diuturnamente em diversas situações, buscando sempre agir em situações de crises e na manutenção da ordem pública em geral, tais como:

- a) em manifestações de cunho sócio-políticas, sócio-ideológicas e/ou sócio-partidárias – Tropa de Controle de Distúrbios Civis;
- b) na realização de escoltas de presos de justiça;
- c) no policiamento de praças desportivas; inclusive com atuação relevante do Pelotão Especial de Cães;
- d) no policiamento de grandes eventos culturais, religiosos e esportivos;
- e) na manutenção da ordem do sistema penitenciário estadual;

- f) no policiamento motorizado nos bairros com maiores índices criminais e nas mais diversas regiões do Estado do Maranhão;
- g) na manutenção do direito à propriedade particular, realizando o cumprimento de mandados de Reintegração de Posse.

Assim nasceu o BPCoque, modificado ao longo dos anos e embasado em questões complexas, sempre priorizando a manutenção da ordem pública e o controle de situações de alto risco, através da capacitação do seu efetivo, com utilização de técnicas operacionais avançadas e do investimento em treinamento continuado, visando resguardar e garantir a segurança da sociedade como um todo.

5.2 Pelotão Especial de Cães

O Pelotão Especial de Cães é uma subunidade do BPCoque da PMMA, seu prédio foi construído entre os anos de 1984 e 1986, durante o Governo de Luís Rocha, sendo inaugurado no dia 26 de abril de 1986, com a ocupação do Canil. Desde a sua criação, o PEC desenvolve ações de policiamento preventivo e ostensivo, como o de policiamento em estádios de futebol, no combate ao narcotráfico com a busca de drogas ou armas, policiamento em eventos, controle de rebelião ou fuga de presos em unidades prisionais, demonstração de cunho educacional ou recreativo, no controle de distúrbios civis e em ações em que o emprego do cão surge como uma alternativa benéfica à sociedade.

Atualmente o PEC utiliza a produção própria de semovente canino para a manutenção e aumento do seu efetivo, este processo ocorre desde a escolha da matriz e do apadrinhador, percorrendo a cruza, gestação, desmame, adestramento inicial e treinamento especializado. Até o período de 12 meses de vida, os cães podem continuar no processo de treinamento, ou quando identificado a inaptidão para o serviço policial esses cães são disponibilizados para a doação.

Os cães utilizados no PEC possuem um tempo de serviço médio de 8 anos, após essa idade os animais podem ser doados para a sociedade. Além dos animais que já atingiram a idade máxima para o serviço, os cães que não se adaptam ao serviço policial também passam pelo processo de adoção. A doação é realizada através da elaboração de um termo de doação por parte da unidade, os interessados precisam possuir requisitos básicos para se qualificarem a receber esse animal, como a disponibilidade, espaço físico compatível e afinidade com a criação de cães.

O efetivo do canil é composto atualmente por 9 cães, sendo 8 da raça Pastor Belga Malinois e 1 da raça Pastor Holandês. De acordo com os dados obtidos pela seção veterinária do PEC, foi possível elaborar um quadro com o efetivo atual do canil.

Quadro 1: Dados dos cães do PEC

NOME	SEXO	RAÇA	DATA DE NASCIMENTO	IDADE
BULMA	F	Pastor Belga Malinois	11/06/2016	5 anos e 7 meses
GOLD	M	Pastor Belga Malinois	26/11/2018	3 anos e 2 meses
THOR	M	Pastor Belga Malinois	22/06/2014	7 anos e 7 meses
CLOY	F	Pastor Belga Malinois	12/11/2019	2 anos e 2 meses
KING	M	Pastor Holandês	31/05/2020	1 ano e 7 meses
NEO	M	Pastor Belga Malinois	04/12/2020	1 ano e 1 mês
BROCK	M	Pastor Belga Malinois	04/12/2020	1 ano e 1 mês
DICK	M	Pastor Belga Malinois	13/12/2020	1 ano e 1 mês
MAXIMUS	M	Pastor Belga Malinois	13/12/2020	1 ano e 1 mês

Fonte: SILVEIRA (2022)

A estrutura física do Canil conta com um prédio de 7 salas, sendo a sala do comandante, uma recepção, sala do Oficial médico-veterinário, uma farmácia, sala de cirurgia veterinária, alojamento e depósito de equipamentos e rações. O Canil está localizado nas dependências do BPCoque no Complexo do Comando Geral da PMMA.

6 METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os princípios metodológicos utilizados para se chegar a uma solução da problemática levantada e os procedimentos adotados a fim de alcançar os objetivos propostos.

6.1 Pressupostos Epistemológicos

A presente pesquisa seguirá, no que se refere ao pressuposto epistemológico, uma vertente positivista, fundamentada em uma ontologia realista, em outras palavras, busca as verdades objetivas, independente da percepção humana. Para essa vertente, a realidade estudada é composta por estrutura palpáveis, tangíveis e relativamente estáveis (AMAROLINDA, 2009).

Seguindo o paradigma positivista, será empregado a lógica hipotético-dedutiva, para isso, é formulada uma hipótese diante do surgimento do problema da pesquisa, sendo posta à prova posteriormente, com o intuito de falseá-las ou corroborá-las, conforme descreve Gil (2008, p12):

[...] quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar as dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo se procura a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la.

A aplicação do método hipotético-dedutivo se mostrou importante no desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista a busca por um sistema mais viável para manutenção do plantel canino na Polícia Militar do Maranhão. Inicialmente será refutado um dos métodos (produção do semovente canino pelo Canil da PMMA) para então corroborar ou não o outro (aquisição de semovente em instituições especializadas).

6.2 Abordagem e tipologia da pesquisa

Durante o desenvolvimento do presente estudo, pretende-se gerar conhecimento a respeito de um método mais viável financeiramente para a PMMA, quantificar os gastos nos processos de produção e aquisição dos semoventes caninos, traduzindo em números todo o custeio para se obter um animal pronto para o serviço. Para tal, buscou-se uma metodologia que tornasse possível a utilização de dados numéricos para validar ou rejeitar as hipóteses propostas. Por essa razão, foi optado para o estudo uma abordagem quantitativa, pois segundo Fonseca (2002, p.20):

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

Sendo assim, se traduz em uma metodologia que utilizará a coleta e a análise de dados para então responder as questões elaboradas pelo pesquisador, testando as hipóteses previamente estabelecidas, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar as teorias (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, trataremos de forma exploratória e descritiva. No que se refere a pesquisa exploratória, Gonsalves (2003, p.65) descreve:

É aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominado “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Quanto à etapa descritiva, foi levado em conta o objetivo de descrever criteriosamente os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que já foi definido como problema a ser investigado (TRIVIÑOS, 2008). O processo descritivo visou a identificação, registro, análise das características e fatores que se relacionarão com o objeto que está sendo estudado, ou ao estabelecimento de relação entre as variáveis. Dessa forma, este trabalho terá como propósito analisar a relação entre o emprego do semovente canino da PMMA

no serviço ordinário, suas características, bem como os custos financeiros para a produção e a aquisição destes semoventes, utilizando a coleta e análise de dados.

6.3 Técnicas de pesquisa, coleta e tratamento de dados

Levando em conta os procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de levantamento e documental. A pesquisa bibliográfica fornece ao pesquisador uma amplitude de fontes, desse modo, o estudo será realizado a partir de materiais já publicados, principalmente em livros, artigos científicos, revistas, monografias, dissertações e teses, com o objetivo de alcançar a maior quantidade de material publicado sobre o tema em questão.

No que diz respeito à pesquisa de levantamento, segundo Carvalho *et al.* (2019, p. 40):

É o tipo de pesquisa que visa investigar algo que se pretende conhecer de uma determinada população. Nessa modalidade de pesquisa, define-se um problema e, a partir dele, criam-se meios de gerar informações (como um questionário, por exemplo) para – após a coleta e a análise dos dados – se chegar às conclusões.

Em contrapartida, a pesquisa documental se diverge da bibliográfica quanto a natureza das fontes pesquisadas, na primeira sua base principal é vinculada em materiais que não receberam um tratamento analítico e que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo desta pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A coleta de dados ocorrerá por meio da aplicação de um questionário estruturado (Apêndice A) e da observação. Em primeiro momento buscou-se analisar a percepção dos militares atuantes no PEC acerca dos temas estudados nesta pesquisa, através da aplicação de questionário. Em segundo momento foi realizada a coleta de dados relacionados aos custos financeiros despendidos no processo de produção de cães no PEC.

6.3.1 Questionário Estruturado

O questionário foi articulado progressivamente, contendo 10 perguntas fechadas e de múltipla escolha, partindo dos questionamentos mais simples para os mais complexos. A sua distribuição ocorreu de forma online através da plataforma

Google Forms. As perguntas foram divididas em dois blocos, o primeiro objetivou caracterizar a amostra, abordando dados como o sexo, posto/graduação, tempo de serviço na unidade, o segundo bloco abordou questões mais específicas sobre a problemática trabalhada, como o tempo dedicado ao treinamento dos cães, a formação técnica dos militares e o conhecimento acerca da produção e aquisição desses animais.

6.3.2 Mapeamento dos custos na produção dos cães

Para a análise da viabilidade entre a produção e a aquisição de semoventes caninos para a PMMA, foi necessário o mapeamento do processo de produção, com a respectiva valoração econômica de cada etapa desenvolvida. Para tanto, foi utilizado o valor da hora trabalhada dos militares envolvidos no processo de produção dos cães.

O cálculo do custo da hora trabalhada dos militares, para efeito deste trabalho, pode ser compreendido como:

$$VH = VS / HT$$

Onde, VH= Valor da hora trabalhada, VS= Valor do Subsídio do militar e HT= Horas de trabalho mensal

A jornada de trabalho dos militares envolvidos atualmente na produção do semovente canino na PMMA se diversifica de acordo com a função que ele exerce dentro do Pelotão. A escala dos militares responsáveis pelo treinamento dos cães consiste no revezamento de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso, perfazendo uma média de trabalho mensal de 180 horas. Já a rotina de trabalho do Oficial médico-veterinário e do comandante do PEC é de 30 horas semanais, durante o expediente administrativo, somando um total de 120 horas no mês.

Ao dividir os valores dos subsídios dos militares envolvidos no processo de produção dos cães por sua respectiva carga horária de trabalho mensal é possível obter o valor da sua hora trabalhada.

Considerando que os militares envolvidos no treinamento direto do semovente canino são compostos principalmente por soldados e cabos, será adotado o valor médio do subsídio dessas graduações para o cálculo do investimento na produção desses animais.

Quanto a coleta de preços dos materiais utilizados, etapa necessária para o mapeamento dos custos, realizou-se através de consulta documental de proposta comercial da licitação do ano de 2021, referente ao fornecimento de insumos veterinários para a PMMA. Já a consulta de valores relativos à aquisição do cão treinado em canis especializados, foi realizada através da análise de propostas comerciais (ANEXO B) fornecidas por essas empresas à PMMA e em processos licitatórios de instituições coirmãs.

Ao final do processo, serão realizadas as análises quantitativas através de métodos estatísticos, com o auxílio de tabulação e gráficos para melhor visualização dos dados obtidos durante a pesquisa. Para desenvolver esta área da pesquisa será utilizado o software *Microsoft Excel*. Com essas informações desenvolvidas ao longo do trabalho, foi possível a análise do estudo em foco, testando a hipótese da viabilidade da aquisição do semovente canino em face da produção pela própria instituição.

6.4 Local da pesquisa, universo e amostra

A pesquisa possui como local de estudo o BPChoque, mais especificamente o Pelotão Especial de Cães. Unidade localizada no Complexo do Quartel do Comando Geral da PMMA, bairro do Calhau, em São Luís – MA. Com intento de se obter o mapeamento de todo o processo, foi realizado um levantamento no BPCHOQUE para se obter os valores referentes a produção de semovente canino para a PMMA, levando em consideração os custos com alimentação, medicamento, além da obtenção do valor da hora trabalhada do veterinário e dos policiais responsáveis pelo treinamento e manutenção dos boxes.

Atualmente o PEC conta com um efetivo de 17 policiais que trabalham diretamente com os cães, além de um Oficial médico veterinário. O universo da pesquisa se dará entre esses policiais que atuam no PEC. A amostragem se fará de maneira probabilística, com o objetivo de abranger o máximo de participação dos policiais que se enquadram no perfil da pesquisa.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os dados e informações alcançadas por meio da aplicação do questionário direcionado aos militares que compõe o PEC. Dos 17 militares que atuam na unidade, 15 participaram da pesquisa, cerca de 88% do efetivo.

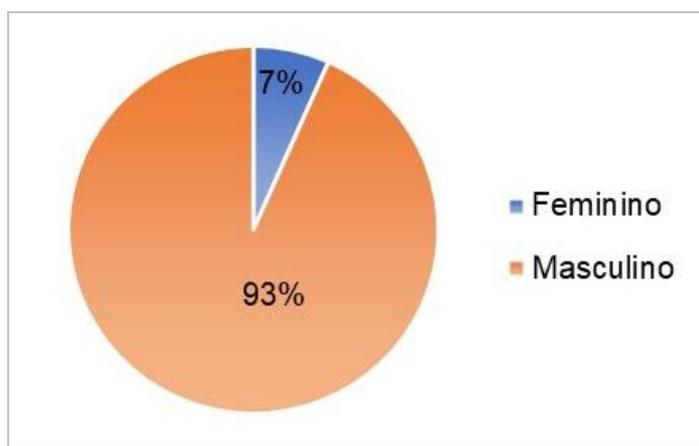
O questionário aplicado conta com 10 perguntas de múltipla escolha, divididas em dois tópicos, o primeiro com perguntas referentes aos dados de identificação do militar e o segundo com perguntas referentes a produção e aquisição de cães para o Canil da PMMA. O questionário foi respondido de forma online através da plataforma *Google Forms*.

7.1 Apresentação dos Resultados

De início, buscou-se conhecer acerca dos dados de identificação dos militares participantes da pesquisa, como o sexo, o seu posto ou graduação, o tempo de atuação no PEC e os motivos que levaram o militar a servir na unidade.

A primeira pergunta teve como objetivo observar o percentual de militares que participaram da pesquisa por sexo. Conforme gráfico 1, 93% (n=14) são do sexo masculino, enquanto 7% (n=1) é do sexo feminino:

Gráfico 1: Sexo dos participantes da pesquisa

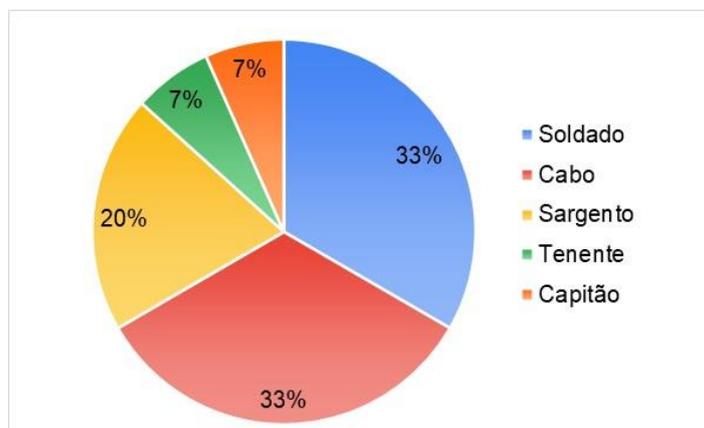


Fonte: SILVEIRA (2022)

A segunda pergunta teve como objetivo observar o percentual de militares do PEC dividindo-os nos seus postos e graduações, apresentando os seguintes

resultados: 33% (n=5) são soldados, 33% (n=5) são compostos de cabos, 20% (n=3) estão na graduação de sargentos, 7% (n=1) trata-se de tenente e 7% (n=1) é capitão, conforme o gráfico 2:

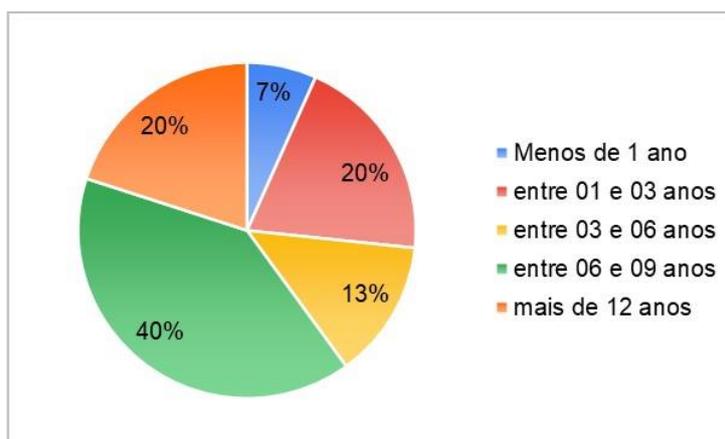
Gráfico 2: Postos e graduações dos participantes



Fonte: SILVEIRA (2022)

A terceira pergunta possuiu o objetivo de observar a quantidade de tempo em que os militares atuam no Pelotão. Analisando a experiência de forma geral dos militares. 7% (n=1) tem menos de 1 ano servindo no Pelotão, 20% (n=3) entre 01 e 03 anos, 13% (n=2) entre 03 e 06 anos, 40% (n=6) entre 06 e 09 anos e 20% (n=3) mais de 12 anos servido no Pelotão, conforme apresenta do gráfico 3:

Gráfico 3: Tempo de trabalho no Pelotão Especial de Cães



Fonte: SILVEIRA (2022)

O quarto gráfico apresenta a motivação em que os militares possuem para servir no BPChoque, bem como neste Pelotão. 80% (n=12) dos participantes afirmaram possuir aptidão para trabalhar com cães, 7% (n=1) responderam que sua

motivação para participar do PEC é por fazer parte de um batalhão especializado, enquanto 13% (n=2) responderam que possuem outros motivos, conforme demonstrado no gráfico 4:

Gráfico 4: Motivação para participar do Pelotão Especial de Cães



Fonte: SILVEIRA (2022)

Dando continuidade com a pesquisa, as próximas perguntas buscaram obter dados sobre a formação técnica dos treinadores de cães, o período dedicado ao treinamento dos animais, a percepção dos militares acerca do atual modelo de produção de cães para a PMMA, a confiabilidade nos cães adquiridos externamente e as chances de sucesso na produção do semovente canino pelo PEC.

Ao serem questionados quais militares realizam o treinamento com cães e quais possuem o curso de cinotecnia, dos 15 participantes, 53% (n=8) afirmaram que realizam treinamento, mas não possuem o curso em cinotecnia, 27% (n=4) não realizam o treinamento e não possuem o curso de cinotecnia e apenas 20% (n=3) realizam o treinamento e possuem o curso na área de cinotecnia, como pode-se observar o gráfico 5:

Gráfico 5: Treinamento de cão e formação em cinotecnia

Fonte: SILVEIRA (2022)

A sexta pergunta tratou sobre a quantidade de tempo em que o militar dedica ao treinamento do seu cão. De acordo com o gráfico 6, 20% (n=3) realizam o treinamento do cão duas vezes por semana, 13% (n=2) afirmam que realizam treinamento três vezes durante a semana, 34% (n=5) realizam o treinamento dos cães mais de quatro vezes por semana, 13% (n=2) afirmaram que o treinamento não possui período definido e 20% (n=3) afirmaram não realizar treinamento de cães.

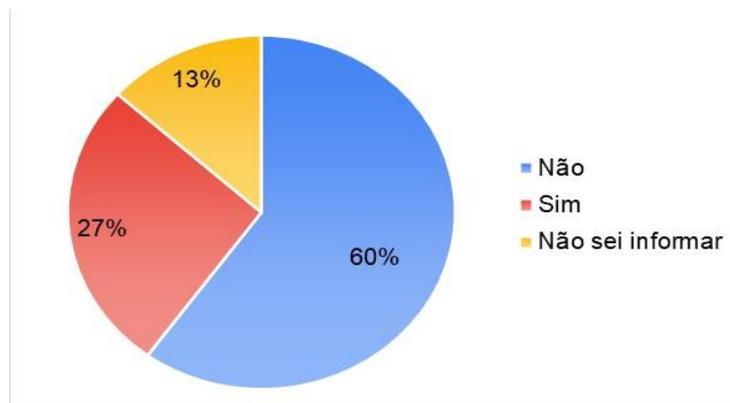
Gráfico 6: Período de tempo dedicado ao treinamento do cão

Fonte: SILVEIRA (2022)

A questão 7 teve como objetivo obter a percepção da tropa a respeito do atual modelo de produção de semente canino do Canil, se é viável financeiramente, ou se deixou de ser viável para a instituição frente à aquisição externa. De acordo com o referido gráfico, 60% (n=9) dos participantes da pesquisa acreditam que o atual modelo de produção de cães não é viável financeiramente para a PMMA, enquanto

27% (n=4) acreditam que sim, é viável. 13% dos participantes (n=2) ao souberam informar.

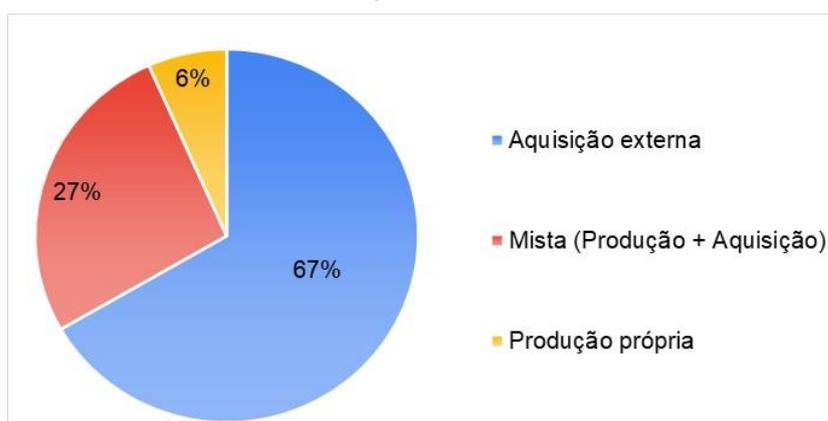
Gráfico 7: Viabilidade do atual modelo de produção de cães para a PMMA



Fonte: SILVEIRA (2022)

A 8ª questão procurou saber dos militares do PEC acerca dos meios para o aumento do efetivo canino, perguntando qual o modelo mais viável. O gráfico abaixo demonstra que 67% (n=10) acreditam que o melhor meio para o aumento do efetivo canino no PEC é a aquisição externa, seguido de 27% (n=4) que responderam a forma mista (Produção + Aquisição) como melhor meio, enquanto 6% (n=1) acredita que a melhor alternativa é a produção própria.

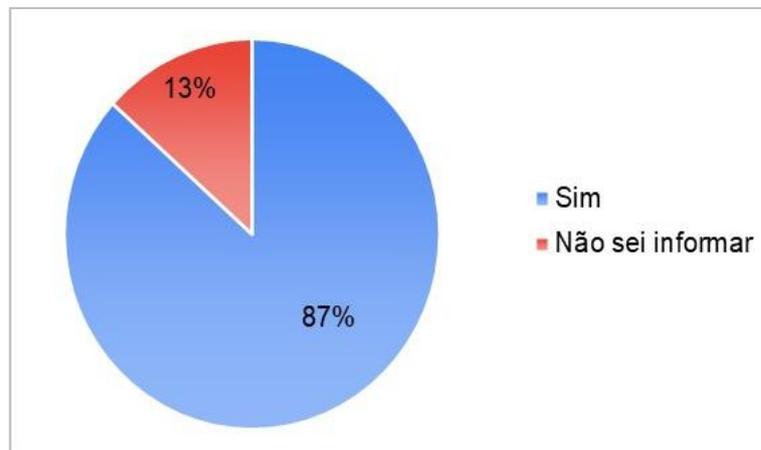
Gráfico 8: Qual o melhor meio para o aumento do efetivo canino no PEC



Fonte: SILVEIRA (2022)

O propósito na 9ª questão foi saber acerca da confiança dos militares para a qualidade dos cães adquiridos por meio da compra em canis especializados. Dos participantes, 87% (n=13) afirmaram que confiam na qualidade do cão adquirido em um canil especializado e 13% (n=2) não souberam informar.

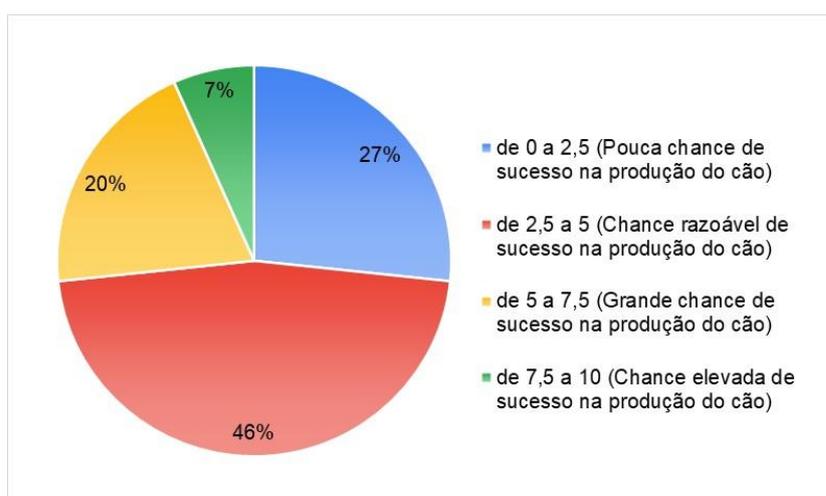
Gráfico 9: Confiança na qualidade do treinamento dos cães adquiridos por meio da compra em canis especializados



Fonte: SILVEIRA (2022)

A última pergunta, buscou alcançar a opinião dos militares acerca da chance de sucesso na produção do cão produzido no PEC. 27% (n=4) dos participantes responderam que a chance é de 0 a 2,5 (Pouca chance de sucesso na produção do cão), as chances de 2,5 a 5 (Chance razoável de sucesso na produção do cão) corresponde a 46% (n=7) das respostas, de 5 a 7,5 (Grande chance de sucesso na produção do cão) foram 20% (n=3) e 7% (n=1) afirmaram que as chances são de 7,5 a 10 (Chance elevada de sucesso na produção do cão), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 10: Chances de sucesso na produção do cão pelo PEC



Fonte: SILVEIRA (2022)

7.2 Discussão dos Resultados

7.2.1 Dados de identificação

O gráfico 1 demonstra que a maioria dos militares que atuam no PEC são do sexo masculino. Do universo estudado, apenas uma militar é do sexo feminino, isto corrobora com a pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em que ao analisar os dados das Instituições de Segurança Pública no Brasil, concluiu que apenas 12% do efetivo da Polícia Militar é composto por mulheres. Até o ano de 2019, dos 403.681 policiais militares em território nacional, apenas 46.180 são do sexo feminino, entre praças e oficiais. Essa diferença pode ser justificada pela limitação de vagas para mulheres nos concursos públicos em alguns estados. No Estado do Maranhão, a porcentagem de mulheres em relação ao efetivo total é de 9% (LOPES, 2020).

Quanto ao tempo de atuação dos militares no Pelotão Especial de Cães, é possível notar no gráfico 3 que 60% (n=9) dos militares possuem mais de 6 anos atuando junto aos cães, isto se mostra importante no processo de produção do semovente canino, pois mesmo que o militar não possua um curso específico em cinotecnia, o constante convívio e a troca de experiência com os demais militares cursados fornecem uma bagagem prática para o militar, auxiliando-o na execução de treinamentos e no trato com os animais.

Ao observar a motivação dos militares para atuar no PEC, notamos no gráfico 4 que grande parte do efetivo 80% (n=12) afirma que está na unidade pois possui aptidão para trabalhar com cães. Esse quesito é de fundamental importância quando se trata de treinamento animal, pois um bom criador deve ser comprometido com a qualidade emocional de seus cães, não devendo transmitir suas raivas ou frustrações.

Os cinotécnicos que atuam com cães de trabalho policial devem, primeiramente, gostar de atuar com cães, pois o trabalho realizado nem sempre é agradável, exigindo atividades como higienização, cuidados com a limpeza do canil, o que nem sempre atrai quem não gosta de trabalhar com esses animais (PARIZOTTO, 2017).

7.2.2 Dados sobre a produção e a aquisição de cães para o PEC

A segunda etapa do questionário objetivou identificar a percepção dos militares sobre temas relativos à produção e aquisição de semoventes caninos para o PEC. O gráfico 5 questionou sobre a quantidade de militares que realizam treinamento de cães no PEC, e dentre esses militares quais possuem formação em cinotecnia. Dos 11 militares que realizam treinamento, apenas 3 possuem o curso. Tais valores podem impactar negativamente na formação de um cão de qualidade.

De acordo com o Calvoso (2018), a formação do cinotécnico é importante, pois o profissional deve entender a linguagem do cão, desenvolvendo uma ligação com o animal. O cão é uma ferramenta que necessita ser operada de forma a receber o estímulo correto para alcançar seu objetivo, deve-se conhecer o cão física e psicologicamente, para só então conseguir obter dele o máximo possível.

Desse modo, o papel de um criador capacitado é de suma importância, ele é quem estará presente em todas as fases de desenvolvimento do cão, momento em que o animal começa a assimilar os estímulos do mundo e gravar em seu cérebro (*imprints*). Essa convivência e aprendizado é quem irá forjar a personalidade do cão, sendo responsável por aperfeiçoar as características desejáveis e minimizar as indesejáveis (GOIÁS, 2020).

O gráfico 6 mostrou a quantidade de tempo em que os militares dedicam ao treinamento dos cães, com ele é possível concluir que a unidade possui uma rotina intensa de treinos, com grande parte dos militares realizando o treinamento mais de 2 vezes por semana, o que evidencia o comprometimento e o empenho da equipe no treinamento dos cães.

Para Parizotto (2017), o treinamento com cães exige uma dedicação contínua, contudo, o cão não consegue manter a sua atenção por um longo período de tempo na mesma atividade, de modo que o treinamento deve ser objetivo, realizando exercícios em sessões curtas, com algumas repetições ao longo do dia. Com isso, a manutenção do treinamento ao longo da semana se mostra relevante, quando se objetiva produzir um cão com habilidades específicas.

Ao longo do questionário, foi possível identificar que a maioria dos militares acreditam que o atual modo de produção de cães para o Canil da PMMA não é viável financeiramente, quando comparado à aquisição externa. Isso fica evidente quando analisamos o gráfico 7 e 8, em que 60% afirmou que a produção de cães pelo PEC

não é viável e 67% afirma que o melhor modelo para aumento do efetivo canino é a aquisição externa.

Quanto a confiabilidade dos cães adquiridos externamente, foi possível notar que a maioria (87%) possui confiança na qualidade dos exemplares obtidos por meio da compra. Tal confiança pode ser justificada pelo fato do fornecedor do animal ser submetido a uma série de exigências elencadas no Termo de Referência, documento elaborado com auxílio do Oficial médico-veterinário da PMMA. O termo exige a apresentação de exames clínicos, radiografias e certificados devidamente acompanhados por laudo médico veterinário que comprovem a saúde plena do animal.

O gráfico 10 apresentou a opinião dos militares sobre o sucesso na produção dos exemplares caninos no PEC. Dos participantes da pesquisa, 11 acreditam que as chances de sucesso na produção de uma ninhada de cães é de até 50%, contra 4 que acreditam que as chances são entre 50% e 100%. De acordo com a última produção realizada no PEC, podemos observar que a taxa de sucesso foi de cerca de 62,5%, onde após um período de 12 meses, 5 animais foram considerados aptos para continuar o treinamento de um total de 8 cães.

7.3 Cálculo do custo do semovente canino produzido pela PMMA

Para a realização do levantamento dos recursos empregados na produção do semovente canino para a PMMA, foi realizado uma pesquisa de campo no Pelotão Especial de Cães do BPCoque, o estudo serviu para a verificação dos recursos empregados e dos responsáveis envolvidos no processo.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de visitas ao PEC entre os períodos de novembro de 2021 e janeiro de 2022, realizando o acompanhamento nas atividades diárias da unidade, coletando informações e observado o manejo dos cães, as etapas foram devidamente autorizadas pelo comandante da unidade, supervisionadas pelo Oficial responsável pelo PEC, orientadas pelo Oficial médico-veterinário e os militares responsáveis pelo treinamento dos cães.

Para melhor entendimento, o processo de produção dos cães nesta pesquisa foi dividido em 4 etapas: a primeira etapa consiste na seleção da matriz/apadrinhador e na cruza dos animais selecionados, a segunda representa o

período de gestação, a terceira no parto/desmame dos filhotes e a quarta etapa consiste no treinamento até os 12 meses de vida.

Durante o processo de produção do semovente canino, após os três meses de vida do filhote, se identificada alguma inaptidão ao serviço policial, o mesmo é disponibilizado para a adoção, por meio de termo de doação. Os requisitos para receber a doação do cão são: aptidão com o manejo de cães, disponibilidade e um ambiente adequado para o convívio do animal.

7.3.1 Dados da 1ª etapa

Na primeira etapa é realizada a escolha da matriz (fêmea) e do apadrinhador (macho) responsáveis pelo provimento dos filhotes, no primeiro momento ocorre a reunião com o comandante do PEC, o Oficial médico-veterinário e os militares envolvidos no treinamento dos animais.

Durante a reunião são apresentados os animais disponíveis para a produção dos filhotes, neste momento é levado em consideração a importância da carga genética para a formação do temperamento do animal. Além disso, são analisados as características físicas e o histórico de saúde dos candidatos, objetivando escolher cães com um bom porte físico, agilidade, disposição para o trabalho, saudável e com um bom temperamento. Todo esse processo dura cerca de 4 horas, dentre a análise e a seleção da matriz e apadrinhador.

Tabela 1: Custo da hora trabalhada dos militares envolvidos na 1ª etapa

Quantidade	Posto/Graduação	Custo/Hora (R\$)	Qtd. Horas	Custo Total (R\$)
1	CAP	89,32	4	357,29
1	2º TEN	76,56	4	306,24
1	CB	27,19	4	108,76
1	SD	25,32	4	101,28
TOTAL				873,57

Fonte: SILVEIRA (2022).

Após a escolha dos cães que irão participar da produção dos filhotes, são realizados exames clínicos pelo Oficial médico-veterinário e seu assistente, com o intuito de avaliar a saúde dos “pais” e os possíveis problemas de saúde que o cão possa a vir apresentar. Os custos são apresentados a seguir:

Tabela 2: Custo da hora trabalhada do Of Med Vet e seu auxiliar na 1ª etapa

Quantidade	Posto/Graduação	Custo/Hora (R\$)	Qtd. Horas	Custo Total (R\$)
1	1º TEN	82,94	4	331,77
1	3º SGT	37,00	4	148,00
TOTAL				479,77

Fonte: SILVEIRA (2022).

Os custos com os exames clínicos não serão considerados neste estudo pois são realizados por meio de uma parceria com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que fornece os exames clínicos sem custo para a instituição. Além disso, por falta de dados mensuráveis, os materiais descartáveis utilizados que não impactam significativamente no orçamento total também não serão contabilizados para efeito desta pesquisa.

Quanto a cruza dos animais, é adotado no PEC a menor intervenção possível, através da utilização da monta natural controlada, que consiste no isolamento da matriz em seu período fértil, em seguida o apadrinhador é inserido em seu box por um período de 3 dias para que ocorra a cruza, o processo é acompanhado pelo Oficial médico-veterinário e pelos militares do PEC.

7.3.2 Dados da 2ª etapa

A segunda etapa consiste na gestação da matriz, que possui uma duração média de 60 dias, nesse período a cadela é mantida em seu box sob os cuidados do PEC. Durante o tempo da gestação a matriz é afastada das atividades por um intervalo de 5 meses e meio, período necessário para a gestação, o puerpério canino, a suplementação e recuperação da matriz.

Tabela 3: Custo da alimentação e suplementação para o período de 5,5 meses

Tipo de Cão	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Matriz	Alimentação (Kg)	66,00	16,20	1.069,20
Matriz	Suplementação (frasco)	7,00	149,74	1.048,18
TOTAL				2.117,38

Fonte: SILVEIRA (2022)

Durante essa etapa ocorre o acompanhamento da gestação da matriz pelo Oficial médico-veterinário e seu auxiliar, período em que a cadela se encontra alojada em seu box no PEC.

Tabela 4: Custo da hora trabalhada do Of Med Vet e seu auxiliar na 2ª etapa

Quantidade	Posto/Graduação	Custo/Minuto (R\$)	Qtd. Minutos	Qtd. Dias	Custo Total (R\$)
1	1º TEN	1,38	10	60	828,00
1	3º SGT	0,61	10	60	366,00
TOTAL					1.194,00

Fonte: SILVEIRA (2022)

7.3.3 Dados da 3ª etapa

Esta etapa consiste do parto até o desmame dos filhotes, período em que é necessário prover cuidados extras aos filhotes e a matriz. Via de regra o parto ocorre de forma natural, não sendo necessário a intervenção cirúrgica para realização da cesariana. Já o desmame ocorre por volta de 45 dias de vida, durante esse tempo os filhotes são acompanhados pela equipe médico-veterinário.

Tabela 5: Custo da hora trabalhada do Of med-vet e seu auxiliar na 3ª etapa

Quantidade	Posto/Graduação	Custo/Minuto (R\$)	Qtd. Minutos	Qtd. Dias	Custo Total (R\$)
1	1º TEN	1,38	30	45	1.863,00
1	3º SGT	0,61	30	45	823,50
TOTAL					2.686,50

Fonte: SILVEIRA (2022)

É nesta etapa que se inicia a ministração dos vermífugos nos filhotes, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 6: Valores dos vermífugos aplicados em uma ninhada de 8 filhotes

Tipo de Cão	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Filhote	VETMAX PLUS (Solução 30ml)	8 fr.	60,27	482,16
Filhote	MAXIVERM (Comprimido)	16 cx.	73,38	1.174,08
TOTAL				1.656,24

Fonte: SILVEIRA (2022)

Para a constatação do valor por filhote, o presente estudo tomou por base a raça utilizada atualmente no canil da PMMA, sendo a média de 8 filhotes por ninhada da raça Pastor Belga Malinois. Desse modo, ao somar os valores das 3 etapas e dividir pelos 8 filhotes, foi possível encontrar o custo da produção de cada filhote, conforme a tabela:

Tabela 7: Custo por filhote até a 3ª etapa

Etapa	Valor (R\$)
1ª	1.353,34
2ª	3.311,38
3ª	4.342,74
TOTAL	9.007,46
Total por filhote (/8)	1.125,93

Fonte: SILVEIRA (2022)

7.3.4 Dados da 4ª etapa

A última etapa se inicia após o desmame, com 45 dias de vida, e vai até 1 ano de idade, período em que o treinamento básico está se completando e é possível observar a aptidão do cão para a execução do trabalho policial.

Neste momento, foi considerado o valor da hora trabalhada dos seguintes militares: Oficial médico veterinário e seu auxiliar, militares responsáveis pela limpeza dos boxes e equipe de treinamento. Os valores referentes a quarta etapa da produção foram calculados para um único filhote.

A equipe de treinamento é composta por Cabos e Soldados, dessa forma, para efeito de cálculo da hora trabalhada, foi considerado a média do subsídio dessas duas graduações. A tarefa de limpeza dos boxes é dividida entre um Sargento, Cabos e Soldados, conforme tabela:

Tabela 8: Custo da hora trabalhada da equipe envolvida na 4ª etapa

Qtd.	Posto/Graduação	Custo/Minuto (R\$)	Qtd. Minutos	Qtd. Dias	Custo Total (R\$)
1	1º TEN (Vet)	1,38	6	320	2.649,60
1	3º SGT (Aux)	0,61	10	320	1.952,00
1	3º SGT (Limpeza box)	0,61	10	160	976,00
2	CB e SD (Limpeza box)	0,44	10	160	704,00
1	Equipe de treinamento	0,44	60	365	9.636,00
TOTAL					15.917,60

Fonte: SILVEIRA (2022).

Além dos valores já listados na quarta etapa, foram considerados os custos com os insumos utilizados durante a produção dos cães pelo PEC. Levando em consideração um filhote dos 45 dias até os 12 meses de vida, os insumos utilizados nesse período foram:

Tabela 9: Insumos gastos por filhote dos 45 dias até 12 meses de vida

Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Ração para filhote	146 kg	17	2.482,00
Vacina - Vírose (Recombitek Max)	3	59,69	179,07
Vacina - Leishmaniose (Leish Tec)	3	181,02	543,06
Vacina – Raiva (Canigen R)	1	29,76	29,76
Vacina – Gripe Canina (Nobivac Kc)	1	50,71	50,71
Coleira Repelente	3	150,00	450,00
Ectoparasiticida oral – Bravecto	3	367,00	1.101,00
TOTAL			4.835,60

Fonte: SILVEIRA (2022).

Com a somatória dos valores obtidos em todas as 4 etapas é possível se obter o custo da produção do semovente canino no PEC para a PMMA. O resumo das etapas e o valor total por filhote pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 10: Custo total para a produção do semovente canino

Etapa	Valor (R\$)
1ª	1.353,34
2ª	3.311,38
3ª	4.342,74
Sub-total (1ª a 3ª)	9007,46
Sub-total por filhote (/8)	1125,93
4ª	15.917,60
Insumos utilizados	4835,60
TOTAL POR FILHOTE	21.879,13

Fonte: SILVEIRA (2022).

Desse modo, o custo para a produção própria de um semovente canino para a PMMA, desde a seleção da matriz e apadrinhador, cruza, gestação, parto, desmame e treinamento até os 12 meses de vida, demanda um investimento de R\$ 21.879,13 (vinte e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e treze centavos).

Vale ressaltar que ao término dos 12 meses de treinamento, nem todos os cães são aproveitados para o trabalho policial, não atingindo os requisitos básicos aceitáveis para a execução do serviço policial, sendo então disponibilizados para

doação. A média de aproveitamento dos cães para o trabalho policial pode variar de acordo com vários fatores, como o acometimento por doenças, a morte do animal, o temperamento, inaptidão para execução das atividades, entre outros, possuindo uma média geral de reprovação de 30%.

Quando considerado a média de 8 filhotes por ninhada, conclui-se que o valor investido para a produção total dos cães pelo PEC perfaz um valor de R\$ 175.033,04 (cento e setenta e cinco mil, trinta e três reais e quatro centavos). Ao levar em consideração as perdas por inaptidão dos cães, considerando por base a última ninhada produzida pelo PEC, teremos um total de 5 cães aptos no final dos 12 meses (perda de 37,5%). Ao considerar o valor do cão formado, incluindo os custos referentes a perdas por inaptidão, teremos 5 cães formados por um valor de R\$ 175.033,04. O que gera um valor de R\$ 35.006,60 (trinta e cinco mil, seis reais e sessenta centavos) por cão.

Considerando o valor médio para aquisição externa de um cão formado de R\$ 25.000,00, conforme análise de orçamento fornecido para o PEC (ANEXO B) e de licitações de instituições coirmãs, teremos um valor de R\$ 125.000,00 para a aquisição de 5 cães prontos para o serviço. Ao analisar o valor do investimento para aquisição em comparação com o valor da produção, teremos uma economia de R\$ 50.033,04 (cinquenta mil, trinta e três reais e quatro centavos) para a instituição durante um ano, poupando cerca de 28% com a aquisição, valor que pode ser direcionado para outras áreas.

Além da questão financeira, um cão quando em processo de formação, necessita de uma rotina média de treinamento de cerca de 1 hora por dia, diferente de um cão adquirido pronto para o serviço policial, que demanda apenas 15 minutos de treino diário para manutenção de seu instinto de trabalho, economizando cerca de 75% do tempo de treino diário do militar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pelotão Especial de Cães, subunidade do BPCChoque, é responsável pelo manejo e emprego dos cães no policiamento, desenvolvendo atividades em estádios de futebol, unidades prisionais, ações cívico-sociais e em maior escala no combate ao narcotráfico. Contudo, para atender toda essa demanda é necessário um efetivo canino expressivo, nem sempre sendo capaz de supri-la. Além disso, os cães do canil, por se tratarem de um ser vivo, estão propensos a variações fisiológicas e emocionais que podem impossibilitá-los de exercer a atividade policial.

Dessa forma, o presente estudo buscou analisar uma forma mais econômica e eficiente de reposição e aumento do efetivo canino para a instituição. Para isso, o estudo possuiu como tema central a análise da viabilidade do atual modelo de produção de semovente canino para a PMMA, em comparação com a aquisição externa.

A princípio, verificou-se na pesquisa bibliográfica e documental as principais características físicas e comportamentais do cão, e seu complexo processo de formação para o treinamento policial, realizados através da habituação, sensibilização e do condicionamento operante. Além disso, apresentou-se o arcabouço legal acerca da aquisição dos semoventes caninos, abordando os princípios que regem a administração pública, orçamento público e os processos licitatórios pertinentes para o entendimento da pesquisa.

Partindo dos resultados obtidos através da análise do questionário aplicado aos militares do PEC, ficou constatado que a maioria possui uma boa experiência de tempo trabalhando com cães, fator que pode auxiliar na produção desses animais. Contudo, do universo de militares que realizam o treinamento dos cães, apenas um grupo restrito possui formação técnica, o que evidencia a necessidade de realização de um curso na unidade, ou a indicação de militares para a capacitação em instituições coirmãs.

De acordo com a percepção dos militares, uma grande parcela acredita que o modelo atual de produção de cães pelo PEC não é viável, indicando como melhor método a aquisição externa. Essa constatação pode ser justificada pela complexidade da produção do cão, que necessita de uma dedicação integral para o sucesso da formação, dificuldade enfrentada pelos militares do PEC que possuem outras

demandas além do treinamento, como as escalas de serviços e atribuições inerentes à atividade policial.

Com base nos resultados obtidos no mapeamento dos custos para a produção dos cães pelo PEC, ao considerar os valores de hora trabalhada, alimentação, medicamentos e todos os materiais relevantes à formação dos cães, restou comprovada a hipótese de que a aquisição de semovente canino, em comparação com a produção própria, é mais viável para a PMMA. Onde é possível realizar a manutenção e o aumento do efetivo canino de forma mais eficiente e menos onerosa para o Estado, adquirindo cães com qualidade genética e comportamental para o trabalho policial.

Diante dos resultados obtidos pela pesquisa, apresenta-se como sugestão a elaboração de um estudo para fornecimento de um curso em cinotecnia no PEC, e posteriormente, com a formação de uma equipe, a implantação do método misto (produção e aquisição), realizando a manutenção do plantel canino com qualidade técnica e genética.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, R. R. **Normatização do emprego do cão policial de captura como instrumento menos letal**. Monografia – Curso De Pós-Graduação, Ordem Jurídica e Ministério Público (FESMPDFT), 2015.
- AMAROLINDA, Z. S. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273420378007>. Acesso em: 05 dez 2021.
- ANDRADE, J. L. F. **Seleção, adestramento e emprego do cão de Guerra de dupla aptidão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2015.
- ÁVILA, Carlos Alberto de. **Orçamento Público**. Curitiba: IFPR, 2011.
- BRADSHAW, John. **Cão senso: Como a nova ciência do comportamento canino pode fazer de você um verdadeiro amigo do seu cachorro**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto. 1988.
- BRASIL. Lei nº 14.133/2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Biblioteca. 7p. 2021.
- CALVOSO, P. E. **As vantagens do uso de cães no CBMMS e possíveis melhorias normativas**. 2018. Monografia – Curso de Habilitação de Oficiais/QAOBM. Campo Grande, 2018.
- CARMO, S. A. P. **Cães de Assistência em Portugal: Cães-guia, cães para surdos e cães de serviço**. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.
- CARVALHO, Luis Osete Ribeiro; DUARTE, Francisco Ricardo; MENEZES, Afonso Henrique Novaes; SOUZA Tito Eugênio Santos. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina, 2019.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.
- CHAVES, F. ALBUQUERQUE, I. Conceitos sobre a administração pública e suas contribuições para a sociedade. CAD – **Revista do Departamento de Administração da FEA**. Vol. 13, n.1. Jan -Jul. 2019, p. 93-104.
- COELHO, Edvaldo Fernandes. **Análise do emprego operacional dos cães farejadores da Polícia Militar do Maranhão do Combate especializado ao tráfico de entorpecentes**. 42p. Universidade do Estado do Maranhão. Curso de Formação de Oficiais. São Luís, 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros (MOB) de busca, resgate e salvamento com cães**. Goiânia: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, 2020.

DIAS, Ricardo Augusto. **Canis lupus familiaris**: uma abordagem evolutiva e veterinária. São Paulo: EdUSP, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

ENGEL, J., R. **The Police Dog**: evolution, history and service. [s. l. s.n.], 2018.

Disponível em:

<http://www.angelplace.net/BookR/RosterDownloadFile.php?scode=190619%20&fileName=../Book/PoliceDogBook.pdf>. Acesso em 22 out 2021.

FOGLE, Bruce. **New complete dog training manual**. 4. Ed. Globo Editora, Rio de Janeiro, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTENELE, R. M. F. **Produção ou aquisição de semoventes para a PMMG**: Estudo da viabilidade para o Estado. Monografia (Especialização em Segurança Pública) - Curso de Especialização em Segurança Pública, Belo Horizonte, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

GOIÁS. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Goiás. **Manual Operacional de Bombeiros – MOB de Busca, Resgate e Salvamento com Cães**. Goiânia: 2020.

GRANDJEAN, D; VAISSAIRE, J.P. **Enciclopédia do cão Royal Canin**. Aniwa Publishing, 2001.

HOUAISS, Antonio. 2001. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva.

KRUG, D.; MEDINA, A. Cães adestrados de polícia. **Revista Unidade**, Porto Alegre, ano XIII, n. 24, 1995.

LIMA, Erika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. Breves considerações acerca da relevância dos princípios fundamentais que norteiam a administração pública. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 24, n. 5737, 17 mar. 2019.

LOPES. Raquel. Mulheres representam apenas 12% do efetivo da Polícia Militar no Brasil. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/mulheres-representam-apenas-12-do-efetivo-da-policia-militar-no-brasil.shtml> . Acesso em: 27 jan. 2022.

LOPES, Reinaldo José. Genoma do gato lembra mais o do cão que o do rato, diz estudo. **Portal G1**, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL165070-5603,00-genoma+do+gato+lembra+mais+o+do+cao+que+o+do+rato+diz+estudo.html>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MACIEL, Mário Augusto Jardim. **O Emprego de cães nas atividades de Polícia Ostensiva**. 1999. 120f. Monografia (Curso Avançado de Administração Policial Militar) - Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

MARANHÃO. **Histórico do Batalhão de Polícia de Choque**. São Luís [S.n.], [2017?].

MARANHÃO. Polícia Militar do Maranhão. **Resgate histórico dos regulamentos: da Polícia Militar do Maranhão**. São Luís, 2016.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Manual técnico de orçamento**. São Luís, 2020.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 9. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MORAES, N. M. V. F.; MORAES, R. M. Os cães da polícia militar auxiliando na fonoaudiologia. **Homens do mato**: revista científica de pesquisa em segurança pública, Cuiabá, v. 2, n. 1, p. 34-53, 2006.

MURPHEY, R. M.; RUIZ-MIRANDA, C. R. Domesticated ruminant behavior. *In*: Greenberg, G., Haraway, M.M. (ed). **Comparative Psychology**: a handbook. [s.l.]: [s.n.] 1998.

NETO, Edí Alves de Oliveira. **Os cães ladram mas a caravana não para**: estudo etnográfico sobre policiamento com cães no DF. 97p. Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais. Brasília, 2016.

NOTOMI, Marcia Kikuyo; et al. Cães militares: características, habilidades e cuidados com a saúde. **REBESP**, Goiânia, n. 1, v. 13, p. 33 - 40, jan. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

PARIZOTTO, Walter. **Parâmetros Técnicos para a Aprendizagem dos Cães de Busca, Resgate e Salvamento**. 2013. 47 f. Monografia (Especialização) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013.

PARIZOTTO, W. **Busca e Resgate com Cães**. Santa Catarina: 2017.

PINTO, Marcelo Augusto de Oliveira. LIMA, Pedro Ivo Araujo. **Emprego de cães de resgate**: proposta de implantação no Batalhão de Busca e Salvamento do Estado do Maranhão. 62p. Universidade Estadual do Maranhão. Curso de Formação de Oficiais. São Luís, 2017.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PORTO. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Porto editora, 2011.

PRADO, R., F., S.; SOARES, O., A., B. **Apostila de Cinotecnia**. 2. ed. Osasco: Exército Brasileiro, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, M. I. S. **Manual de redação da Polícia Militar do Estado do Maranhão**. São Luís, 2005.

ROSA, L. E. **O emprego de cães de faro nas operações de fiscalização de drogas ilícitas realizadas nos postos da polícia militar rodoviária de Santa Catarina**. 2009. Monografia (Graduação em Segurança Pública) – Curso de Graduação em Segurança Pública, Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis, 2009.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**, 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

Schimidt, H. E. C. **O processo cognitivo na espécie canina**. 2017. Monografia - Curso de Graduação em Veterinária. Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2017.

TATIBANA, Lilian S., COSTA-VAL, Adriane P. Relação homem-animal de companhia e o papel do médico veterinário. **V&Z em Minas**, ano 27, p. 12-18, dez. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008

VELEDA, Raphael. Livro defende nova origem para os cães. **Revista VEJA**. Maio 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/livro-defende-nova-origem-para-os-caes>. Acesso em: 15 out. 2021.

XEREZ, Sebastião Regis Dias. A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano 2013, n.º 43, 2013.

APÉNDICE

- b) aptidão para trabalhar com cães
- c) transferência
- e) por sua localização geográfica
- f) outros motivos

2 DADOS SOBRE A PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE CÃES PARA O PEC

2.1 Você realiza o treinamento de algum cão no PEC, caso realize, você possui algum curso na área de cinotecnia?

- a) não realizo treinamento, mas tenho curso em cinotecnia
- b) não realizo treinamento, não tenho curso em cinotecnia
- c) realizo treinamento, mas não tenho curso em cinotecnia
- d) realizo treinamento e tenho curso em cinotecnia

2.2 Qual o período é dedicado ao treinamento ou adestramento do seu cão?

- a) uma vez por semana
- b) duas vezes por semana
- c) três vezes por semana
- d) quatro vezes por semana
- e) mais de quatro vezes por semana
- f) não possui período definido

2.3 Você acredita que o atual modelo de produção de cães para o PEC é viável financeiramente para a PMMA?

- a) Sim
- b) Não
- c) não sei informar

2.4 Na sua opinião, qual é o melhor meio para o aumento do efetivo canino do PEC?

- a) Produção própria
- b) Aquisição externa
- c) Doação
- d) Mista (produção + aquisição)

2.5 Você confia na qualidade do treinamento dos cães adquiridos por meio da compra em canis especializados?

- a) Sim
- b) Não
- c) não sei informar

2.6 Levando em consideração que vários fatores influenciam para a produção de um cão de qualidade, em uma escala de 0 a 10, na sua opinião, qual a chance de sucesso na produção e treinamento próprio de cães no PEC?

- a) de 0 a 3 (pouca chance de sucesso na produção do cão)
- b) de 3 a 6 (chance razoável de sucesso na produção do cão)
- c) de 6 a 9 (grande chance de sucesso na produção do cão)
- d) 10 (chance elevada de sucesso na produção do cão)

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO PARA O BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE

**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS
“Escola Superior de Comandantes”**

Criada pela Lei Estadual (MA) nº 5.657 de 26/04/1993 e transformada em Unidade de Ensino Superior por meio da Lei 9.658 de 17 de julho de 2012.

São Luís - MA, 18 de novembro de 2021.

Ofício nº 244/2021 – CA/APMGD

Do Cel. QOPM Comandante da APMGD
À Ten. Cel. QOPM Comandante do
BPCHOQUE
Assunto: Solicitação e informação

Prezado comandante,

Como forma de subsidiar o trabalho monográfico do Cad. PM 27/18 RAFAEL AGUIAR **SILVEIRA**, do 4º ano do CFO, com o título “**PRODUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE SEMOVENTE CANINO**: uma análise da viabilidade para o canil do Batalhão de Polícia de Choque”, solicito-vos os bons préstimos no sentido de autorizar o levantamento de dados, por meio da observação e aplicação de questionário.

Ademais, solicito-vos também o fornecimento de dados referentes ao Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE) e do Pelotão Especial de Cães (PEC), conforme descrito abaixo:

1. Histórico do BPChoque;
2. Histórico do Pelotão Especial de Cães;
3. Dados relativo ao efetivo disponível no BPCHOQUE, bem como no PEC;
4. Dados relativos ao efetivo canino disponível, bem como suas fichas atualizadas;
5. Dados relativos aos custos para treinamento e manutenção dos cães;
6. Dados relativos à jornada de trabalho dos policiais do PEC;

7. Dados referentes às operações realizadas pelo PEC nos anos de 2020 e 2021;
8. Quantitativo de viaturas utilizadas no PEC.

Solicito-vos ainda que as informações sejam encaminhadas para o seguinte endereço eletrônico: rafael.silveirax@gmail.com e caapmgd@hotmail.com.

Atenciosamente,

Cel. QOPM **Anderson** Fernando Holanda Maciel
Comandante da APMGD

ANEXO B – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE CÃES



Hugo Ribeiro Ramos - Canil HR
 CNPJ: 11.877.596/0001-29
 Rua Todica, Nº 140, Sítio Recreio Ipê,
 CEP: 74.681-460 Goiânia-GO
 Insc. Estadual: 104693266
 Insc. Municipal: 2800330
 Fone: (62) 98558-5858
 E-mail: canilhr@gmail.com

"Excelência em cães de trabalho"

Orçamento

Número: 000268

Cliente: PELOTÃO ESPECIAL COM CÃES DO BATALHÃO DE CHOQUE POLÍCIA MILITAR SÃO LUIS DO MARANHÃO
 Objetivo: Compra de Cães para Detecção de Drogas.

Segue abaixo, planilha com preço dos cães conforme especificação solicitada: macho ou fêmea da raça: Pastor Alemão ou pastor Belga de Malinois, com todas as garantias de temperamento e saúde. Entregues com vacinação compatível com a idade, hemograma constando perfeito estado de saúde, raio-x coxofemoral (normal, quase normal e ainda permitido, Chapas A, B e C), Com Pedigree. Animal treinado para DETECÇÃO DE DROGAS. Cão com impulsos fortes, excelente socialização, saúde muito boa e com treinamento. Idade de 12 a 36 meses.

- Garantia de saúde do animal é de 12 meses.
- Orientamos o comprador que venha ao canil fazer os testes necessários antes da entrega. (O cliente pode fazer os testes que achar necessário, o canil se compromete a ajudar na logística para realização desses testes)
- Garantia de treinamento só mediante a realização do curso de condução

CÃO TREINADO.

Raça	Sexo	Função	Idade	Quantidade	Valor unitário:
Pastor Alemão e pastor Belga Malinois	Macho ou Fêmea	Detecção de drogas	12 à 36 meses	01	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

VALOR DESSE ORÇAMENTO É DE: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

- **ORÇAMENTO REFERENTE PARA VENDA DIRETA!**

- Validade do orçamento: 60 dias
- **PRAZO DE ENTREGA DO ANIMAL É DE 90 DIAS**
- Valor **NÃO** inclui entrega
- DADOS BANCARIOS PARA PAGAMENTO: BANCO SANTANDER (033)
- CANIL HR / AGÊNCIA 0929 / C. CORRENTE 13.001103-3 / Chave PIX 62.98558-5858

Goiânia, 20 de Janeiro de 2021.

Hugo Ribeiro Ramos
 Canil HR

11.877.596/0001-29
 CANIL HR
 Rua Todaica, Nº 140, Sítio Recreio Ipê
 Sítio Recreio Ipê - CEP: 74681-460
 GOIÂNIA - GO